



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 106/107

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 106

96ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Ofícios.....	04
Designações	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	06
Pequeno Expediente:	
Dep. Reni Pereira	08
Dep. Jocelito Canto	09
Dep. Marcelo Rangel	10
Dep. Plauto Miró.....	11
Dep. Péricles de Mello.....	12
Grande Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri.....	14
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Marcelo Rangel	10
Liderança do PTB	
Dep. Jocelito Canto	15
Liderança dos Democratas	
Dep. Elio Rusch	16
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	18
Liderança do PT	
Dep. Pedro Ivo	20
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	21
Discussão/Votação	
Redação Final.....	22
3ª Discussão	22
2ª Discussão	22
1ª Discussão	24
Requerimentos	25
Encerramento da Sessão	29

DIÁRIO Nº 107

97ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	30
Presenças.....	30
Abertura da Sessão	30
Expediente:	
Requerimentos	30
Projetos de Lei	30
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	31
Discussão/Votação	
Redação Final	31
3ª Discussão	32
2ª Discussão	32
1ª Discussão	32
Requerimentos	33
Encerramento da Sessão	33

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 106

96ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Ofícios04

Designações.....04

Requerimentos.....04

Projetos de Lei.....06

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira08

Dep. Jocelito Canto09

Dep. Marcelo Rangel.....10

Dep. Plauto Miró11

Dep. Péricles de Mello12

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri14

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 10

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 15

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 16

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 18

Liderança do PT

Dep. Pedro Ivo..... 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final..... 22

3ª Discussão 22

2ª Discussão 22

1ª Discussão 24

Requerimentos..... 25

Encerramento da Sessão 29

DIÁRIO Nº 106

96ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Teruo Kato (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados:

Felipe Lucas, Cida Borghetti, Artagão Júnior, Duílio Genari, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 05 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Duílio Genari, pois, ausentar-se-à deste plenário na Sessão do dia 05 do mês corrente, em razão do falecimento do Sr. Daniel Wutzke - ex-Prefeito do município de Nova Santa Rosa.

(a) ANTONIO BELINATI

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 05 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais vem, respeitosamente, solicitar autorização desta Casa para prorrogação de sua participação na missão diplomática do Congresso Mundial Ucrâniano, até o dia 13 de setembro de 2007.

(a) FELIPE LUCAS

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Tadeu Veneri para representar esta Casa de Leis na VI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (por ser representante legal da ALEP no CDCA), nos dias 14, 15, 16 e 17 de setembro de 2007, na cidade de Pinhão/PR.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o soberano Plenário, seja aprovada moção de apoio e solidariedade ao Digníssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Joaquim Barbosa, vítima de preconceito e de notícias jacosas a seu respeito em um site da rede mundial de computadores.

Por todo seu trabalho, sua luta e independência, achamos mais do que justa essa pequena mostra de apoio ao Ministro.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2657

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, comunicam, a constituição da Frente pela Vida e contra qualquer tentativa de alterações na legislação vigente no Brasil sobre o aborto, com a finalidade de se posicionar contra os projetos e tentativas de modificação das leis do aborto e a favor do direito à vida, garantido pela Constituição Federal.

Sala de Sessões, em 05.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

Apoiamento:

Elio Rusch, Jocelito Canto, Nelson Justus, Luiz Accorsi, Marcelo Rangel, Fábio Camargo, Pastor Edson Praczyk, Dr. Batista, Mauro Moraes, Antonio Belinati, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Osmar Bertoldi, Antonio Anibelli, Duílio Genari, Edgar Bueno, Chico Noroeste, Geraldo Cartário, Teruo Kato, Carlos Simões, Plauto Miró, Luiz Nishimori, Mamede e Alexandre Curi.

JUSTIFICATIVA:

O direito à vida deve ser defendido em todas as esferas da sociedade, constituindo-se em prerrogativa indiscutível e dever de qualquer ser humano que respeite seu semelhante.

A história conta as barbáries que foram cometidas quando flexibilizaram-se direitos e garantias fundamentais, sob o argumento da melhoria social ou aprimoramento da espécie.

No Brasil, a defesa do direito a vida deve ser intransigente, pois num país onde as diferenças sociais ainda são acentuadas, não podemos admitir nenhuma brecha para que se possa vir a introduzir conceitos e ideais de violação dos direitos e garantias fundamentais.

REQUERIMENTO Nº 2658

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 06 de setembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 2661

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhada à Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, solicitação de cópia da gravação do programa levado ao ar na Rádio Educativa do Paraná - FM, no último domingo, dia 02 de setembro, entre o meio-dia e 13h.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de tal material se faz necessária diante de denúncia recebida por este Parlamentar de que um membro do segundo escalão do Governo do Estado utilizou-se deste veículo, que pertence ao povo do paraná, para injuriar e difamar membro desta Casa de Leis.

Tais subsídios são fundamentais para que a veracidade desta informação possa ser confirmada e para que, se necessário, seja movido processo criminal contra referida autoridade.

REQUERIMENTO Nº 2653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Hiroshi Ogasawara, engenheiro agrônomo, com 71 anos de idade, no último dia 29 de agosto, na cidade de Curitiba.

Hiroshi Ogasawara era filho de Seiiti Ogasawara e Sakae Ogasawara, deixando a viúva Yolete Nobuko Ogasawara e os filhos: Fábio Goy, Érika e Helina e 2 netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Kiyoko Kubo, do lar, com 87 anos de idade, no último dia 25 de agosto, na cidade de Curitiba.

Kiyoko Kubo era filha de Guengo Yanaguihara e Kiyono Yanaguihara. Era viúva do Sr. Shigueyuki Kubo e deixa os filhos: Orlando Ossamu, Helio Tetsuya e Hideyuki, 10 netos e 9 bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Nobu Kikuchi, lavrador, com 82 anos de idade, no último dia 29 de agosto, na cidade de Curitiba.

Nobu Kikuchi era filho de Fukutaro Kikuchi e Maki Kikuchi, deixando a viúva Ayako Kassama Kikuchi e os filhos: Mieko, Midori, Miyoko e Celso, 11 netos e 1 bisneta.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Dr. Luiz Delazari, digno Secretário da Segurança Pública, solicitando que S. Exa. determine, com urgência, o envio de viaturas policiais para atender a delegacia do município de Mauá da Serra.

O referido município é uma área de admirável produtividade agrícola, sediando indústrias de grande porte, com uma população que se destaca pela dedicação ao trabalho, contribuindo bastante com o progresso do Paraná.

Mauá da Serra sempre foi uma cidade calma, onde a violência era quase zero. Ultimamente, seus moradores têm sido incomodados pela ação freqüente de marginais, quase todos oriundos de outras praças. A Delegacia de Polícia local possui apenas um Jeep para atender vítimas de assaltos, atendimento que muitas vezes deixa de ser feito, por estar o referido veículo quebrado. Por essa razão é que solicitamos o envio de mais viaturas e mais policiais, visando garantir a segurança da população de Mauá da Serra.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2664

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando providências urgentes em relação a obras emergenciais no Colégio Estadual Cezar Prieto Martinez, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(aa) MARCELO RANGEL

JOCELITO CANTO

PLAUTO MIRÓ

PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 2650

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado o Ministério da Previdência Social, na pessoa do Exmo. Sr. Ministro da pasta, informando a extrema necessidade da reestruturação administrativa do Instituto Nacional da Seguridade Social no Estado do Paraná, e solicitando a criação de estrutura independente em nosso estado, desvinculando, assim, da Gerência Regional de Florianópolis/SC.

A medida aqui solicitada se faz necessária na medida em que o Paraná possui uma população equivalente à do Rio Grande do Sul, e o dobro do estado de Santa Catarina. Entretanto, possui desvantagens no número de agências/unidades de atendimento em relação aos outros dois estados.

Ante ao exposto, e devido à urgência das medidas solicitadas para o regular atendimento à população do estado do Paraná, aguardamos medidas no sentido de sanar as deficiências estruturais do INSS em nosso estado.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Sítio Cercado, os quais pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo na Praça dos Pioneiros. Afirmam eles que a praça encontra-se abandonada e está servindo de ponto de encontro para usuários de drogas, os quais praticam assaltos constantemente na população. A presença de policiais no local com certeza inibirá a ação dos mesmos, propiciando segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 652/07**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um percurso de 10 quilômetros apenas.

O distrito de São José do Ivaí destaca-se no cenário agropecuário como um dos maiores produtores de arroz do estado e sediar vários condomínios para cultivo do abacaxi, cultura que dá ao município de Santa Isabel do Ivaí, o título de maior produtor desta fruta em todo o sul do país.

Acrescente-se ainda à sua contribuição ao desenvolvimento do estado, as áreas destinadas à criação de gado de leite e de corte, além da exploração de outras atividades lavoureiras.

Partindo do Ramal 7, povoado que abriga igreja, campo de futebol, posto de fiscalização do ICMS e cujo território é marcado pela divisão em minifúndios, a estrada serve também ao bairro Bandeirantes, importante região de produção agropecuária isabelense.

Conhecemos as dificuldades financeiras com as quais se deparam a grande maioria dos municípios paranaenses, as mais sacrificadas vítimas da concentração tributária nos cofres federais.

E por assim dizer, apesar da severa política exercida pela atual administração municipal, a do Prefeito Clemente de Souza, pautada no rigor do gasto público, qualquer despesa dirigida à conservação do trecho objeto do presente plano de lei, representa o comprometimento da receita em outras atividades como a educação e a saúde, principalmente.

Ainda no 2º semestre do ano passado, a Prefeitura de Santa Isabel do Ivaí dispensou a soma de R\$ 606 mil na compra de lama asfáltica, cimento, pedra e pagamento dos operários para a execução de obras de recuperação daquele percurso que se encontrava totalmente deteriorado, o que justifica plenamente a projeto que ora submetemos ao juízo dos nossos colegas legisladores, convicto da posterior sanção por parte do Chefe do Poder Executivo, o Sr. Governador Roberto Requião.

PROJETO DE LEI Nº 653/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Shalon de Serviço Social, com sede e foro no município de Morretes - Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação Shalon de Serviço Social, com sede e foro no município de Morretes/PR, é uma associação civil de caráter social e filantrópica, sem fins lucrativos, de direito privado, regido pela legislação aplicável e por estatuto, e tem por objetivo principal, promover assistên-

cia integral ou parcial à pessoas em estado de necessidade, promover cursos profissionalizantes, assistência médica e odontológica e atividades culturais, proporcionando encaminhamento adequado a todos que socorrem-se com bens físicos e morais disponíveis, notada e especialmente com atenção dirigida à infância, à adolescência e à família.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei que apresento.

PROJETO DE LEI Nº 654/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Programa Pesca Esportiva Amadora, para ser desenvolvido todos os anos durante o período da piracema, nos rios do estado do Paraná.

Art.2º O programa de que trata o *caput* do artigo 1º se refere à pesca artesanal, durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, objetivará incentivar o turismo ecológico em nosso estado, envolvendo os municípios lindeiros aos rios do território paranaense.

§ 1º A pesca esportiva não permite que o pescador use qualquer implemento que prejudique o peixe.

§ 2º O pescador não poderá se apropriar do peixe fígado, tendo que soltá-lo tão logo seja apresentado para o fiscal presente, à exceção do Tucunaré e da Piranha, o qual existe em quantidade excedente nos rios do nosso estado.

Art. 3º Os pescadores profissionais, que ficam sem função durante a piracema, serão contratados como guias turísticos durante a execução do programa à que se refere o artigo 1º.

Parágrafo Único. Os profissionais da pesca, poderão, após serem devidamente treinados, atuar como fiscais nesses eventos sob orientação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º O Programa da que trata o artigo 1º será regulamentado, implementado e fiscalizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, cujo orçamento de 2008, deverá abrir recursos para a sua implementação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

As Constituições Estadual e Federal se posicionam com muita clareza sobre a conservação do meio ambiente no que se refere à fauna, buscando a preserva-

ção dos animais que a habitam. A pesca através dos seus profissionais da área, estão proibidas por lei durante a piracema. No entanto, o que se propõe por este projeto de lei, é uma pesca artesanal, regulamentada, onde os peixes apanhados deverão ser soltos tão logo sejam identificados, conforme a regulamentação do programa. A lei abre uma exceção para o Tucunaré e a Piranha, por serem peixes que existem em excesso nos rios do nosso estado, principalmente no rio Paraná.

O artigo 13 da Constituição Estadual diz: *Compete ao estado, concorrentemente com a união, legislar sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de produção.*

Desta forma, não existe qualquer impedimento legal para que a presente proposição possa ser apreciada pelo Plenário, além do que ela abre a oportunidade da criação de um excelente programa para incentivo do turismo ecológico em nossos municípios, principalmente, para aqueles que são lindeiros aos nossos rios.

Além disso, as famílias paranaenses nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, praticamente ficam restritas às viagens ao litoral, o que muitas vezes implica em altas despesas, em razão da grande concorrência que o nosso litoral sofre com a alta temporada, e os paraguaio e argentinos muitas vezes inflacionando o custo dessa temporada, através da grande invasão de dólares.

Esta é mais uma oportunidade que os municípios que possuem rios com peixes, podem se organizar e oferecer mais uma opção turística à população do Paraná.

Desta forma, distintamente justificado, peço o apoio dos demais Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 655/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a disciplina de Educação Moral e Cívica, a ser implantado na grade curricular do ensino fundamental e médio.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada visa implantar a disciplina de Educação Moral e Cívica na grade curricular do ensino médio e fundamental.

Essa iniciativa provocará alterações na vida de muitos jovens, pois ajudará a conscientizá-los sobre o devido valor da dignidade, solidariedade humana, liberdade com

responsabilidade, bem como valores éticos e morais, pois estes, infelizmente, estão renegados a segundo plano nos dias atuais.

A inclusão desta disciplina deverá, também, prepará-los como cidadãos cumpridores de seus deveres e cientes de suas obrigações.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 656/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Rebouças ao Distrito de Marmeleiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A estrada que propomos seja estadualizada, possui 14 quilômetros, sendo que seu leito atual foi implantado a mais de 30 anos. Na localidade de Marmeleiro estudam aproximadamente 1.000 alunos, entre ensino fundamental - Colégio Estadual Leonardo Krul e Escola Faxinal, ambas instaladas em edificação construída no 1º mandato do Governador Roberto Requião.

O trecho contido na proposta também serve às comunidades do Barreiro, do Poço Bonito, da Barra, do Marmeleiro e do Turvo, sendo que as estradas vicinais servem de ligação às comunidades de Conceição, Faxinal dos Francos, Cochós, Barro Branco, Soares, Salto, Rio Bonito, Saltinho, Faxinal dos Vieiras e Pântano Preto.

Nessas comunidades residem 4 mil 857 habitantes que representam 34,22% da população do município de Rebouças, dos quais são eleitores 3 mil 971 eleitores.

Pelo trecho constante deste projeto de lei circulam os produtos agrícolas que dão sustentabilidade econômica ao município, bem como de toda região, e ainda serve de ligação da sede do município de Rebouças aos municípios de São João do Triunfo, São Mateus do Sul e ao norte do estado de Santa Catarina.

PROJETO DE LEI Nº 657/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado imposto para o chumbo de outros estados reciclado no território paranaense.

Art. 2º A alíquota a que se refere o artigo anterior, será de 50% sobre o valor de mercado do produto.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Brasil precisa reciclar, em média, 150 mil toneladas de chumbo por ano.

O produto, que alcança, atualmente, preço médio de R\$ 3,50 o quilo, oferece sérios riscos de contaminação aos seres humanos, cujas vítimas ficam com seqüelas e outras acabam morrendo.

O Paraná precisaria reciclar no máximo 18 mil toneladas de chumbo por ano, caso não fizesse o mesmo trabalho com material vindo de outros estados, principalmente de São Paulo. No entanto, hoje o Paraná já recicla 75 mil toneladas de chumbo por ano, ou seja, o nosso estado, sozinho, recicla a metade de todo o chumbo reciclado em todo o Brasil.

Bem objetivo: já passou da hora, e, há muito tempo, de o Paraná deixar de ser lixo de outros estados, em respeito ao direito à vida e à saúde dos paranaenses.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, gostaria aqui de fazer um comunicado à Casa e principalmente à imprensa que tem cobrado muito o resultado da CEI, o Deputado Marcelo Rangel que foi o proponente da CEI da investigação dos gastos irregulares em publicidade, que na próxima segunda-feira vence o prazo.

O Deputado Dobrandino não se faz presente hoje, que está em viagem oficial lá para o oeste, junto com o Presidente da COHAPAR, porém já conversei com o Deputado Marcelo Rangel que é quem, desde o início deveria, como tradição nesta Casa, presidir e dar a batuta do andamento dessa investigação, mas infelizmente, regimentalmente, ele não pode participar e só participa como membro por benevolência do Deputado Valdir Rossoni que lhe cedeu a vaga, mas a verdade é que este Poder, constitucionalmente, isto foi afirmado recentemente até pelo Tribunal de Justiça, não precisaríamos nem de CEI, Deputado Marcelo Rangel, se o Executivo, na verdade, esclarecesse as suas dúvidas sem que V. Exa. tivesse que passar vários constrangimentos.

Mas a CEI está chegando ao seu final - recebi ontem no final da tarde do Líder do Governo os envelopes da solicitação da primeira reunião de trabalho, primeira e praticamente a única que deliberamos, porque na segunda só discutimos o pedido de adiamento, mas como existe aí praticamente 3 ou 4 dias úteis para que eu, na

qualidade de Relator, tente buscar uma linha de regularidade, até porque na proposição do Deputado Marcelo Rangel, ele buscava identificar as irregularidades e como é muito vazio este termo irregular, principalmente numa área em que você tem o critério da subjetividade reinando para que o Secretário da Comunicação mande verba para este veículo e não para aquele, não existe um critério objetivo, vamos tentar nesses 4 dias identificar se houve um critério para contratação e para a utilização de recursos públicos com verba de publicidade e propaganda no ano de 2005 e 2006.

Mas quero antecipar à imprensa e aos demais Parlamentares que na segunda-feira estarei em Brasília para instalação da Comissão Nacional de Acompanhamento da Reforma Tributária, onde vamos presidir uma comissão da UNALE representando todas as Assembleias Legislativas.

Então, não estarei aqui na segunda e talvez só chegue na terça à tarde, mas até quarta-feira apresento o relatório e nesse relatório, já vou adiantar, que tudo aquilo que conseguirmos apurar ou levantar, estaremos passando à comissão que é presidida pelo Deputado Marcelo Rangel, que tem a prerrogativa regimental e constitucional para seguir nas apurações.

E quero dizer, Deputado Marcelo Rangel, que na sua comissão V. Exa. não tem o tempo correndo ao seu desfavor. V. Exa. terá o tempo necessário para terminar essas apurações.

E quero, na verdade, deixar bem claro que só não pudemos fazer mais porque o Governo, na verdade, perdeu uma grande oportunidade. Infelizmente o Líder do Governo não se faz presente, mas perdeu uma grande oportunidade de passar a limpo todas essas dúvidas que são veiculadas no dia-a-dia quanto à distribuição de verbas, porque de nossa parte, quem mais interessa esclarecer que não houve irregularidade é o próprio Governo e com o protelamento de algumas entregas de documentos acabamos não conseguindo investigar e muito menos apurar essas irregularidades. Mas, quero crer que, na sequência, a Comissão Permanente de Comunicação desta Casa possa fazer o trabalho.

E dizer, como o Deputado Elton Welter muito bem falou na nossa reunião, que se conseguirmos, pelo menos se não detectarmos ou não conseguirmos detectar as irregularidades, pelo menos esta Casa tente criar um critério legal para utilização desses recursos públicos, porque até onde estamos conseguindo adiantar as investigações, vimos que não existe critério objetivo. E se não existe critério objetivo, esta Casa, Deputado Marcelo Rangel, terá que, no mínimo, legislar sobre o assunto porque o dinheiro público tem que ser otimizado. V. Exa. que é da área da comunicação sabe muito bem que a otimização é gastar menos dinheiro e ter uma amplitude maior de pessoas que vêm as ações do Governo. E se a verba que está sendo utilizada, no ano de 2005, 2006, não foi em veículos de comunicações que tenham essa abrangência, pelo menos que de agora

em diante se tenha um critério legal para a utilização disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, registrar aqui também a presença dos alunos do Instituto de Educação.

Mas, Sr. Presidente, ontem eu estava acompanhando, assisti ontem à noite a fita da “escolinha” de Governo de ontem pela manhã, e fiquei preocupado com aquilo que eu assisti. Trata-se de uma briga de cachorro grande, é o termo que se usa, é um termo bem popular, trata-se de uma briga de cachorro grande. De um lado, o Governador do Estado denunciando o Ministério Público que cerca de 25 Srs. Promotores acabaram de se aposentar usando algo que a lei não lhes permitia.

Então, acompanhando ontem e vendo tudo aquilo, fiquei preocupado ainda mais com o Ministério Público, porque se for verdade tudo aquilo que disse o Diretor Jurídico da ParanaPrevidência, temos um caso de profundidade penal e de improbidade administrativa praticada pelo Ministério Público, com devolução do dinheiro, com Procuradores que terão que voltar a trabalhar depois de terem deixado e estarem aposentados. Uma briga muito grande que vamos ter aí. De um lado, o Ministério Público diz que cumpriu a lei e joga a responsabilidade para a ParanaPrevidência. A ParanaPrevidência joga a responsabilidade para cima do Governo do Estado.

Se não fosse o tal do encaminhamento do nepotismo, acho que não teria acontecido nada. Agora, em função da ação que o Ministério Público fez contra o Governo, do nepotismo, o Governo reage! Reage atrasado, reage e mostra um Ministério Público que nos preocupa, um Ministério Público que faz ações contra os Prefeitos em situações que nada têm a ver, mas que, ao mesmo tempo, ao abrir as suas contas, se percebe que o Ministério Público cometeu muito mais erros que muitos Prefeitos deste estado do Paraná.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na Sessão de hoje vamos apreciar um requerimento de minha autoria convocando o Diretor Jurídico dessa empresa para vir aqui explicar tudo aquilo que explicou ontem, lá na “escolinha”. Precisamos saber o que, de fato, está acontecendo! Na sequência vamos requisitar, convocar, chamar a esta Casa o representante do Ministério Público para ouvirmos o outro lado da moeda também. Queremos ouvir os dois lados para tirarmos as conclusões sobre esse caso envolvendo, exatamente, o Ministério Público.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no final da Sessão vamos votar o requerimento que estou protoco-

lando, trazendo aqui o Diretor da ParanaPrevidência para falar a esta Casa, nos contar tudo aquilo que nos deixa preocupados. A situação é terrível.

Sr. Presidente, depois, no horário do PTB, vou fazer um encaminhamento sobre a questão do Instituto de Educação lá de Ponta Grossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde Sras. Deputadas, boa-tarde Srs. Deputados, senhores da imprensa e principalmente aos alunos do Colégio César Martinez, colégio que todos os Parlamentares aqui da Assembléia Legislativa conhecem pelo nome de Instituto de Educação, um dos maiores colégios do estado do Paraná. E os Parlamentares conhecem muito bem porque desde o primeiro mês do nosso mandato nós cobramos ações imediatas por parte do Governo do Estado, e devido a um esforço parlamentar conseguimos a liberação da verba de 3 milhões para a reforma do colégio, Instituto de Educação, que até hoje não sofreu nenhuma reforma! Eles estão aqui representando, Srs. Deputados, principalmente da bancada de Ponta Grossa, estão representando a indignação do povo da Princesa dos Campos Gerais quanto ao descaso do Governo do Estado para com a nossa cidade. Para Ponta Grossa tudo pode esperar, tudo pode esperar! Sempre foi assim e não vamos mais admitir isso!

Gostaria de abordar ainda o tema a respeito do Instituto de Educação, mesmo porque estamos enviando mais um requerimento, mais um documento oficial pedindo obras emergenciais ao Governo do Estado, à Secretaria da Educação. Mas tudo a seu tempo, porque quando eu falo que Ponta Grossa fica sempre por último, todas as nossas cobranças, as nossas reivindicações parece-me que entram lá nos últimos pedidos da lista do Governo do Estado.

Nesta última semana, lendo um dos jornais da região dos campos gerais, li uma reportagem de uma entrevista com 2 Parlamentares da base governista e a reportagem fala mais ou menos assim:

(Lê):

“Culpa do secretário

O Deputado Alexandre Curi rebateu as críticas feitas pelos colegas da Oposição, mais especificamente os de Ponta Grossa, acerca da falta de UTIs nos campos gerais. Segundo ele, o Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, juntamente com o Governador Roberto Requião, tem trabalhado para cumprir as previsões. De acordo com o Deputado, o atraso na entrega de novas UTIs - promessa não cumprida pelo secretário - é culpa do titular da pasta e Requião já está tomando providências a esse res-

peito. “Vamos fazer o secretário cumprir”, assegurou Curi.”

O Deputado fez um belo pronunciamento e eu até parabenizei ele na Sessão de ontem. Ele defendeu o Governo com maestria falando realmente sobre o problema na área de saúde e dizendo que o Secretário Cláudio Xavier é responsável pelos problemas das UTIs.

Agora o segundo Deputado... Sr. Presidente farei uso do horário da Liderança do PPS.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

O outro Deputado também da base Governista, e eu não vou falar qual é o nome. Mesmo porque expresso, aqui, na reportagem desse jornal, mas ele é uma boa pessoa, um bom Parlamentar. Mas ele exacerbou aí a defesa do Governo do Estado. Ele exagerou realmente. O Deputado do PMDB minimizou o problema de Ponta Grossa.

(Lê):

“Denuncismo

O Deputado disse que a lista de nomes de pessoas - supostamente mortas por falta de UTI em Ponta Grossa - apresentada pelo Deputado Marcelo Rangel (PPS) trata-se de “denuncismo”. De acordo com ele, há falta de informação da comunidade e muitos desses falecidos não morreram por falta de leito de UTI. “Morre gente todo dia, não é a fila da UTI que vai salvar alguém. Não é com denuncismo que se faz saúde. Esse tipo de atitude é muito ruim para a cidade porque afasta até o poder de trazer a solução”, atacou. Disse, ainda, que a cidade possui 36 leitos de UTI para atender toda a região.”

Pois bem, Deputado Cartário, a cidade de Ponta Grossa está chegando a população de 400 mil habitantes e é capital de uma região importantíssima no estado do Paraná e região dos campos gerais que abriga cerca de 1 milhão de pessoas. Trinta e seis leitos de UTI, não existe nenhum leito de UTI pediátrica. E o Secretário no começo do ano fez a promessa para os jornais, para a televisão, para o rádio e queria implantar 39 leitos de UTI e nós estamos entrando em setembro e nada. Nenhum tostão investido em saúde na região de Ponta Grossa. E hoje, na Comissão Permanente da qual eu sou Vice-Presidente - Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa - tive que ouvir o Diretor Presidente do CRM - Conselho Regional de Medicina, dizer que a cidade de Ponta Grossa está passando por um momento caótico na saúde.

Eu gostaria de fazer uma indagação, se os Srs. Parlamentares já tiveram notícia em outros jornais, além dos jornais da cidade de Ponta Grossa. Notícias de mortes de pessoas por falta de leitos da UTI. Na cidade de Londrina, por exemplo, na cidade de Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu. Estou acompanhando e sou sincero com os senhores. Não vi outras manchetes, outras notícias de mortes de crianças, de jovens por falta de leitos de UTIs, em outras regiões do estado.

Mas, em Ponta Grossa já saíram manchetes, desde o começo do ano. Dezenas de pessoas perderam a vida esperando leitos. Isso é um absurdo! Na semana passada duas crianças faleceram esperando leitos da UTI. E no dia seguinte, o jornal perguntou para o Deputado da Base Governista e ele falou: “Denúncia de minha parte”. Eu poderia trazer assim, como nós trazemos alunos do colégio do Instituto de Educação, que estão aqui na Assembleia Legislativa, para reivindicar o que é deles de direito. Poderia estar trazendo aqui dez, quinze, vinte mães que perderam seus filhos por negligência de um agente público estadual.

É por isso que preciso desabafar aos Srs. Parlamentares, dizendo que eu não concordo mais que Ponta Grossa seja deixada de lado, assim como todas as outras regiões dos campos gerais, por birra do Governador, porque perdeu a eleição em Ponta Grossa ou porque não gosta de alguém, porque brigou com alguém no passado. Por causa da birra do Sr. Governador, o Instituto de Educação está caindo.

Senhoras e senhores, para finalizar o meu pronunciamento, nós sempre ficamos para trás na área da saúde, na área da segurança, na área de educação.

Quando ontem nós acirramos o debate na Assembleia Legislativa a respeito do Colégio César Pietro Martinez, fui ao microfone e falei que nós precisávamos de obras emergenciais, imediatas, porque o colégio pode ser interditado a qualquer momento, chove dentro do colégio, dias atrás teve chuva de granizo. Os alunos não puderam ter aula. Se isso não é uma situação emergencial, não sei qual é.

Mas para o Governo não, o Governo tem tempo para fazer licitação, vai demorar sete, oito, nove, doze meses para fazer a obra no colégio.

Srs. Deputados, peço aos senhores que aprovelem o nosso requerimento. Já está na Mesa Executiva da Assembleia propondo imediata intervenção do estado do Paraná, para cumprir as reformas necessárias, em caráter emergencial, no Colégio Pietro Martinez. Um colégio - Instituto de Educação - um dos maiores e mais importantes colégios do estado do Paraná. Era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; inicialmente, quero fazer uma saudação aos alunos do Instituto de Educação, que hoje vêm à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para trazer, lamentar, reivindicar para as necessidades do Instituto de Educação. O Instituto que tanto nós debatemos neste Plenário, nas últimas semanas, em especial onde se traz as necessidades e naturalmente,

no momento em que a comunidade escolar, os professores, o Diretor, professor Josué, se mobilizam para poder fazer uma pressão sobre os políticos, sobre os representantes da cidade de Ponta Grossa, para que estes possam pressionar a autoridade maior do estado, o Chefe do Poder Executivo, o Governador Roberto Requião.

O que eu posso dizer, aqui, aos alunos e a todos os visitantes da nossa Casa é que os Deputados de Ponta Grossa têm feito seu papel. Os quatro têm cobrado do Governo do Estado do Paraná uma ação concreta para que possamos ver recuperado nosso Instituto de Educação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que estudei na década de 70. Tive a grata satisfação de ser aluno no Instituto de Educação e lá, naturalmente, ganhar conhecimento para que pudesse dar sequência nos bancos escolares.

Mas, os alertas estão sendo feitos, as cobranças pelos Deputados da nossa cidade, pela minha pessoa, estão sendo trazidos à tona, nesta Casa. E nós esperamos que o Governo do Estado do Paraná cumpra aquilo que prometeu, que o Governo do Estado do Paraná torne realidade aquilo que anuncia nos meios de comunicação. O que Ponta Grossa quer, os alunos querem, os professores querem, os funcionários do nosso Instituto de Educação querem é a recuperação do colégio, que hoje não tem mais condições de abrigar os alunos que lá estudam. Estamos fazendo o nosso papel.

Lembro-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, da última reforma que o Instituto de Educação recebeu, foi lá no começo da década, no ano de 2000 ou 2001, onde o Governo do Estado do Paraná, naquela época, o Governador anterior a este liberou recursos para que pudesse sanear os problemas de infiltração de água que lá existiam. Foi licitado. A obra foi realizada. E muitos outros problemas, desde aquela época, havia. Mas, aquele problema do telhado do Instituto de Educação foi viabilizado.

E, Sr. Presidente, aquela época, com muito orgulho, fazia eu parte da base de apoio daquele Governo anterior. Coisa que nas eleições de 2002, o nosso candidato, na época, não venceu as eleições, perdeu para o atual Governador. E como o meu candidato não venceu as eleições, eu segui o resultado das urnas, que foi me manter e ficar na linha de Oposição ao atual Governo. Governo que na sua primeira atitude tirou o curso de medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Um grande prejuízo para a cidade, para os acadêmicos, para os alunos, para a nossa sociedade.

E aqui estou, nesta Tribuna, desde o ano de 2002, cobrando do Governo do Estado, ações concretas em prol da nossa cidade de Ponta Grossa, em especial à educação.

Também quero aproveitar esta oportunidade e falar da segurança pública da nossa cidade de Ponta Grossa. Deputado Douglas, o senhor que é da cidade de Campo Mourão, nossa cidade está um caos. A sociedade, os moradores, as pessoas que vivem em Ponta Grossa, vivem uma eterna insegurança. É a necessidade de mais policiais, de mais viaturas, de mais estrutura para a área

de segurança pública do nosso município, e infelizmente, o Governo do Estado do Paraná não vem direcionando os recursos necessários para que a Polícia Militar e também a Polícia Civil, possam fazer frente ao alto crescimento da criminalidade na nossa cidade de Ponta Grossa e também na região dos campos gerais.

Vou lembrar ainda no ano de 2001. A cidade de Ponta Grossa com o “Cadeião” superlotado, na necessidade que havia da construção de um presídio, de uma penitenciária e lá o Governador anterior investiu doze milhões de reais na cidade de Ponta Grossa - Governador que eu fazia parte da sua base de apoio e por um tempo acabou fazendo, com que os presídios de Ponta Grossa e da região passassem a deixar a superlotação, porque essa penitenciária naquela época acabou desafogando todos os presídios. Mas, como falei, a criminalidade aumenta e hoje, Srs. Deputados, Ponta Grossa tem 1 mil e 200 mandados de prisão, a polícia sabe onde boa parte desses criminosos estão, mas se eles cumprirem os mandados de prisão, não tem onde colocar. Está tudo superlotado! É o “Cadeião” superlotado, é a penitenciária superlotada e se a polícia prende, vai colocar aonde?

Não tem. E por quê?

O Governo do Estado do Paraná não investe em segurança pública. É discurso, é discurso e mais discurso e na realidade muito pouco. Então, deixo aqui a minha indignação, deixo aqui a minha posição de cobrança ao Governador Roberto Requião para que aja. Chega de papo! Chega de gastar em publicidade, porque milhões e milhões de reais “sangram” do Governo do Estado, direcionado para os meios de comunicação para que lá a propaganda oficial do Governo possa acontecer. E sempre a propaganda oficial falando as coisas boas do Governo, que muitas vezes nem existem, mas estão lá.

Então, para encerrar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero deixar aqui o alerta para os Deputados que votam com o Governador Roberto Requião, para o Governo do Estado, dos problemas que Ponta Grossa enfrenta na área da educação, na área da segurança pública e quem dirá na área da saúde, que o Deputado Marcelo Rangel minutos atrás aqui falou e citou.

Muito obrigado a todos vocês e um abraço aos amigos de Ponta Grossa!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente queria saudar os estudantes, jovens do Instituto de Educação de Ponta Grossa, uma das escolas mais qualificadas e exemplo de ensino para todo o estado, que vêm defender a sua escola. É muito bonito, em uma época do nosso país em que vemos tanta alienação, tanta

apatia, tantos problemas na nossa juventude, que jovens se disponham a sair pelas ruas e vir até a Assembléia para defender sua escola. Parabéns a vocês e continuem nesse trabalho e nessa luta, que é uma das fases mais belas da vida de cada um de nós, que é a nossa juventude! Tenho certeza que, apesar dos percalços, todos os Deputados estão empenhados para que tenhamos para o Instituto de Educação uma solução mais rápida possível, para que volte a ter todas as condições de educar os seus estudantes.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer de público uma solicitação ao Deputado Romanelli, Líder do Governo. O Deputado Romanelli apresentou um projeto de lei, que estabelece a idade de seis anos completos até o início do ano letivo, para que a criança tenha o direito de entrar no ensino fundamental. Já manifestei minha posição contrária a esse projeto. Mesmo porque tive uma experiência como Prefeito de Ponta Grossa, onde conseguimos aumentar de quatro para cinco anos a educação fundamental, a parte do município, e no último ano do meu Governo a criança que completava seis anos até dezembro poderia entrar na escola. Nós criamos o ciclo da alfabetização sem reprovação para os 6, 7, 8 anos e depois o 4º e 5º ano. Uma experiência pedagógica muito bem sucedida, com turmas de reforço escolar para crianças que tinham dificuldade para aprender, e turma de aceleração para as crianças que tinham repetido o ano. Foi uma experiência exitosa, apoiada por toda a comunidade, e infelizmente, o atual Prefeito destruiu completamente o sistema que criamos, mas isso é outra conversa, é assunto para outro dia.

Mas devido a experiência e assuntos estruturais do Brasil, é que eu defendo a idéia, de que a criança fazendo seis anos até dezembro possa ingressar no ensino fundamental. É uma idéia que divide opiniões. Ontem mesmo nós tivemos uma audiência pública importante no canal da música, e eu posso dizer ao Deputado Romanelli e aos demais Deputados, que a maioria dos Prefeitos Municipais do Paraná são favoráveis a minha idéia, mesmo porque já vivenciam essa experiência.

O Padre Walter de Paranaíba - que é um exemplo a ser seguido pelo Paraná - que implantou a educação integral no ensino municipal, ele já tem crianças com seis anos de idade até dezembro que freqüentam as escolas daquele município. A UNDIME, que é a União dos Dirigentes Municipais de Educação, também aprovam a minha idéia; o Conselho de Educação, a maior parte é contra, e o setor ligado à educação infantil também é contrária. Mas nós chegamos a uma solução de consenso, continuar aprofundando a discussão, e esse ano o Paraná segue a normativa do Conselho Estadual de Educação, que estabeleceu uma possibilidade excepcional das crianças que fazem seis anos até dezembro ingressar na escola seguindo algumas determinações. Primeiro: um termo de responsabilidade pela antecipação da matrícula da criança, assinado pelos pais responsáveis, a explicação do regimento escolar pela escola até o Conselho de Educação, a proposta pedagógica adequada ao desenvolvimento

dos alunos e a comprovação da existência de vagas no estabelecimento de ensino.

Então, essa normativa, Deputado Romanelli, ela resolve os problemas que aconteceram durante esse ano, e nós teríamos condições de aprofundar junto com o senhor até dezembro e com os segmentos representativos da educação paranaense uma solução talvez até a do Conselho, transformando em lei. Nós podemos até transformar essa normativa do Conselho em lei estadual, que tem mais força para que oriente, organize todo o sistema municipal de ensino. Então, por esse motivo eu pediria ao Deputado Romanelli que deixasse o seu projeto, ou retirasse, ou esperasse, para que nós pudéssemos nos aprofundar melhor num assunto tão complexo. Eu tenho a minha consciência, acho que o aumento do ensino fundamental de oito para nove anos, o segmento municipal de quatro para cinco, não deve implicar no fato da criança sair mais velha da escola. Nós temos gravíssimos problemas de evasão escolar no ensino médio.

Num país tão pobre como o nosso, à medida que as crianças vão ficando jovem as forças sociais para retirar a criança da escola são poderosas, muitas crianças têm que ajudar no sustento da família, e uma série de outros problemas que todos nós conhecemos e as estatísticas brasileiras demonstram. Esse é o primeiro problema.

O segundo problema é que o município passará a ter que financiar um ano a mais da educação municipal. E nós sabemos também de uma terceira questão: que o ensino fundamental é direito público subjetivo. Isso é muito importante, é um dispositivo Constitucional. Baseado nesse dispositivo quando era Vereador de Ponta Grossa apresentei projeto de lei, vitorioso depois de muita luta, para que toda criança que estudar até a oitava série do ensino fundamental, que não tiver escola na vila aonde mora, tenha direito a 45 passes gratuitos por mês, porque já que o acesso ao ensino fundamental é gratuito e obrigatório, e um direito público subjetivo, nós não podemos aceitar que uma criança que não tenha dinheiro para pagar o ônibus deixe de frequentar a escola, não tendo acesso a esse direito fundamental da cidadania do nosso país. A educação infantil não é de direito público subjetivo, não há uma tradição de educação infantil no Brasil ao mesmo nível do ensino fundamental, a maior parte dos municípios tem uma pequena porcentagem dos seus filhos na educação infantil, então até que a educação infantil se universalize vai demorar um certo tempo, e se nós aumentarmos a idade da criança significa que muitas crianças, principalmente aquelas nascidas nas famílias mais pobres, vão demorar mais tempo para entrar na escola. Se houver uma compreensão pedagógica, uma elaboração pedagógica e metodológica adequando o ensino fundamental à idade mais tenra da criança - como fizemos em Ponta Grossa - essa é a melhor solução, tanto do ponto de vista do financiamento, como da idade da criança.

Respeito à posição do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Não estou propondo o debate. Estou propondo

um consenso em torno de uma deliberação do MEC que estabelece a possibilidade este ano da criança que faz seis anos até dezembro entre na escola, seguidas às restrições que coloquei.

E até dezembro teríamos condições de aprofundar o nosso debate, ouvir as demais forças da sociedade paranaense. E chegar a uma condição de consenso, que possa até transformar em lei esse ato normativo do Conselho Estadual de Educação.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. aborda um tema com muita profundidade, aliás, no dia em que nos visitam os alunos do ensino médio do Instituto de Educação de Ponta Grossa. É muito bom tê-los aqui. E agradecemos o Deputado Marcelo Rangel em trazê-los aqui hoje, pois é importante que conheçam o trabalho da Assembléia Legislativa.

O tema que V. Exa. trata deve ser abordado com essa profundidade, no reconhecimento que o Governo do Presidente Lula estabelece que, a partir de 2010, teremos que ter educação infantil obrigatória em todos os municípios brasileiros.

A primeira infância vai até os seis anos de idade e a segunda infância começa aos sete anos e vai até os quatorze anos, e aí vem a adolescência.

O meu projeto de lei perdeu um pouco o significado, na medida que, felizmente o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Desembargador Vidal Coelho, numa decisão muito acertada, cassou aquela medida liminar que tinha sido proposta por um promotor de justiça, e que vinculou a fazer com que os municípios atropelassem os seus programas de estudos para as crianças que estavam completando seis anos, obrigando-as a se matricular por conta de uma malfadada resolução do Conselho Estadual de Educação.

Na medida que foi cassada a liminar, que tem a LDB com a resolução do Conselho Nacional de Educação estabelecendo que os seis deverão ser considerados até o início do ano letivo. É claro que a questão está suprida. É normativo. Isso fica resolvido.

O projeto pode ser retirado. V. Exa. fez a audiência da Comissão da Educação. Agiu com responsabilidade, com seriedade. E penso que o debate deve ser tratado nesse plano, com quem pensa de fato que é a educação de estrutura a nossa sociedade.

Parabéns pelo seu pronunciamento! Da minha parte o projeto é para ser um instrumento de avanço da sociedade.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Agradeço o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Na verdade o Conselho foi sábio e não trouxe problemas para os municípios. Até que consigamos universalizar a educação infantil no país, e vai demorar. Sabemos disso.

De março a dezembro são 75% do ano, ou seja, setenta e cinco por cento de uma geração no Brasil que demorariam mais para entrar na escola.

As coisas não são simples pelas problemáticas da educação brasileira.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência consulta o Deputado Tadeu Veneri se vai usar o Grande Expediente?

(**Assentimento**)

Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu não farei uso de todo tempo do Grande Expediente porque o assunto que me traz a esta Tribuna, Sr. Presidente, na verdade, já por diversas vezes tivemos a oportunidade de abordar e, infelizmente, ainda não temos uma solução, Deputado Luizão, mas é um assunto que, sem dúvida nenhuma, tem um caráter bastante polêmico e acho difícil que nós não tenhamos que dar uma atenção especial a ele.

Estou falando de uma ação que, hoje, me comunicou o Dr. Cláudio Ribeiro, que é um advogado conceituado, aqui em Curitiba, que está entrando com uma ação contra o Governo do Estado do Paraná, uma ação que é proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Serviço Público do SUS e Previdência do Estado do Paraná, o SindiSaúde e uma ação do Sindicato dos Odontologistas do Estado do Paraná e da Associação Brasileira de Odontologia Seção Paraná.

É sabido, aqui nesta Casa, que já, há algum tempo, Deputado Plauto, nós tivemos uma discussão a respeito da jornada da saúde, mas é sabido, também, que a jornada da saúde se ela não se configurou como 30 horas, até porque há dúvidas a respeito das 30 horas para todos os servidores da saúde, algumas categorias têm jornada específica. Entre as categorias que têm jornada específica estão justamente os dentistas. Só que o estado do Paraná, não se sabe exatamente por que, resolveu fazer com que mesmo aqueles trabalhadores que têm jornada já determinada por lei federal de 20 horas, como é o caso dos médicos, dentistas, telefonistas, tenham que cumprir a jornada de 40 horas. É um absurdo o que estamos vendo.

Vejam os senhores, a partir do momento em que os dentistas, odontólogos são obrigados a cumprir 40 horas, sem que haja nenhum tipo de aumento na sua remuneração. Está se configurando uma situação de trabalho forçado. Isso é inadmissível num estado de direito. Eu, pessoalmente, não entendo qual é o objetivo da Secretaria de Saúde. Não estou falando das 30 horas que

estivemos discutindo, aqui, durante dois, três meses. Estou falando daqueles que têm jornada de Lei Federal.

Vejam o que diz Dr. Cláudio Ribeiro: “A minuta inicial da ação dos dentistas, através das suas entidades representativas, está seguindo para ser registrado na Assembléia Legislativa. Foram, inclusive, colocados alguns nomes individualizados que a minuta está matida. O próximo passo, já autorizado pelos sindicatos e, também, pela Associação Brasileira de Odontologia - e é grave isso.

Gostaria, inclusive, depois de passar esta cópia ao Deputado Romanelli, Líder do Governo, porque acho que é possível que tentemos evitar isso. O próximo passo é denunciar o Secretário de Saúde como autor da prática de crime hediondo, ou seja, trabalho forçado equivalente, desde 1930, a trabalho escravo pela convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 29. A mesma denúncia que está sendo feita será levada à Procuradoria Geral da República, ao Ministério da Justiça, à Procuradoria Regional do Trabalho, porque há desrespeito ao princípio federativo da União, à medida que o Governo Estadual avoca o direito de só ele determinar redução de jornadas, como se não houvesse jornadas reduzidas impostas pela Legislação Federal. A denúncia, também, vai enlaçar o Poder Judiciário Paranaense que protela, há tanto tempo, a decisão nesse caso especial simplesmente cita o estado. Em princípio é correto, mas sem levar em conta a gravidade e a transcendência da situação. Entendemos que o Cartório do Juízo deve expedir o mandato citatório.”

Enfim, estamos aqui fazendo esta denúncia porque acho que é grave, Deputado Elton Welter, o senhor que é líder da nossa bancada. É grave exigir que trabalhadores que têm jornada reduzida por lei federal, jornada de vinte horas, sejam obrigados a constituir jornada de quarenta horas sem receber por isso. Temos diversos médicos aqui na Assembléia. Os médicos sabem que a jornada deles é de vinte horas. Pois bem, da mesma forma está se pressionando para que façam quarenta horas.

Não entendo qual o sentido e a razão desse tipo de atitude. Porque se o Governo do Estado está sendo denunciado pela OET, está sendo denunciado para a Procuradoria Geral da República, se o Secretário de Saúde está sendo denunciado como autor da prática de crime hediondo, de trabalho forçado, o que espera o Governo? Que se passem mais três anos e que após os três anos, que após esse período venham as indenizações de milhões de reais? Porque é isso que vai acontecer, Deputada Rosane. São milhões de reais de indenizações que vão receber esses trabalhadores daqui a dois, três, cinco ou dez anos. Mas, quem vai pagar isso? Quem vai pagar isso serão os contribuintes, infelizmente, por uma ação impensada, por uma ação absolutamente autoritária, por uma ação que não entendo. O Secretário Xavier que é médico também e que sabe que está incorrendo em erro, sabe que está incorrendo em crime e que mantém essa posição.

Uma coisa é o Secretário dizer, como já por diversas vezes se manifestou, que não pode ele Secretário

determinar 30 horas para todos os servidores porque não há lei específica. Podemos até divergir quanto ao tempo em que essa lei está lá, mas temos de compreender que não há lei específica.

Outra coisa, é você saber que está incorrendo em crime, que está obrigando os trabalhadores a cumprirem uma jornada além daquela que já é determinada por lei e manter essa jornada como se nada estivesse acontecendo.

Então, lamentavelmente, estou novamente nesta tribuna com este assunto - que para mim deveria ser resolvido de outra forma - deveria ser resolvido através de negociações que alguns Deputados aqui tentaram durante 90 dias, fazer com que andasse, Deputado Luizão, não andou. Não sei se tem alguma novidade nesse assunto, não sei se os Srs. Deputados conhecem alguma manifestação do Governo de fazer com que as 30 horas sejam implantadas por um decreto. O que seria muito bom, pertinente e correto. Não sei se há da parte dos Deputados algum conhecimento de alguma iniciativa nesse sentido da Secretaria da Saúde. Parece-me que não. Se houver é muito positivo. Gostaria muito que houvesse, mas antes que isso aconteça, temos um fato concreto, Sr. Presidente, não é mais o SINDSAÚDE é o Sindicato dos Odontologistas e a Associação Brasileira de Odontologia.

Essa é uma situação preocupante para o estado do Paraná, Deputado Elio Rusch, que volto a insistir: vai gerar um passivo. Já temos outros passivos. Os senhores estiveram recentemente numa reunião com a Procuradoria Geral e com os Procuradores do Estado, se falou muito dos passivos que acabam ficando para o Estado e para os próximos anos e para as próximas gerações.

Não quero que tenhamos daqui a dez anos um passivo do estado do Paraná com os odontólogos do Paraná. Mas, infelizmente o que estamos vendo que esse passivo ao que tudo indica vai se manter por uma atitude absolutamente equivocada.

Então, não sei se cabe, Deputado Ney Leprevost, nós fazemos algum tipo de interferência, algum tipo de intervenção junto à Sociedade Paranaense Brasileira de Odontologia. O que sei é que essa ação está sendo protocolada hoje, não há muito mais a ser discutido, está aqui, ela está pronta desde o dia 26 de julho. E agora, Sr. Presidente Nelson Justus, apesar de toda a boa-vontade, inclusive de V. Exa., em tentar fazer com que nós tivéssemos essa pendência como estamos tendo hoje, parece-me que houve insensibilidade imensa da parte do Governo, incorrendo, inclusive, em um processo que vai levar o Paraná a ser denunciado na Organização Internacional do Trabalho.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PTB.

PTB: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, quero registrar a presença aqui do policial Délcio Razera na tribuna de honra desta Casa. O policial Razera é um dos mais brilhantes policiais do estado do Paraná que, infelizmente, ficou detido por algum período pela insensibilidade da lei. Aqui está o policial Razera, um dos melhores policiais do estado do Paraná. E tem aquele ditado: “os bons pagam às vezes pelos incompetentes e ruins de alguns outros poderes”.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vejo aqui o pessoal do nosso Colégio Instituto de Educação, que, sem dúvida nenhuma, é hoje uma das grandes escolas da nossa região dos campos gerais, é um exemplo pelo número de alunos e pelo valor que tem na história da educação de Ponta Grossa e dos campos gerais. E nós temos lutado desde o mandato passado, para conseguir que recursos fossem colocados no Instituto de Educação. E no ano passado tivemos a oportunidade de ainda levar ao Instituto de Educação, o então Governador em exercício Hermas Brandão. Conseguimos levar o Governador Hermas Brandão para oficialmente anunciar o início dos trabalhos daquela primeira cobertura que seria feita. Mas, posteriormente, o Governador Requião acabou suspendendo aquela licitação porque apenas uma empresa havia participando da licitação, determinou o cancelamento daquela licitação que seria feita, inclusive, por uma empresa de Ponta Grossa.

Mais tarde, o Governador autorizou dia 01 de fevereiro, esse é um dia importante, é o dia da posse dos Deputados, o Governador nos convidou para um almoço no Cangüiri. E naquele dia nós tivemos um grande entreviro, eu e o Governador, tivemos uma briga feia, porque naquele dia eu cobre o Governador o porquê de não liberar a cobertura do Colégio Instituto de Educação de Ponta Grossa. E o Governador me disse que não podia fazer pela força da lei, mas autorizou naquele - dia, é importante dizer - determinou dia 01 de fevereiro, minutos antes da posse aqui dos Deputados, que fosse feito em regime de emergência não só a cobertura, mas que fosse feita toda a reforma do Instituto de Educação de Ponta Grossa. Mais tarde estive no colégio, aí, sim, com o Vice-Governador Orlando Pessutti, também investido na figura de Governador. Então, vejamos os senhores, levei a primeira vez o Hermas, Governador, levei a segunda vez o Pessutti, sempre para mostrar as péssimas condições que se encontra o Instituto de Educação, sempre brigando e mostrando a eles que algo estava errado e precisava ser consertado.

E para alegria minha, dia 1º de fevereiro eis que o Governador Requião, no dia que iríamos tomar posse de novo num almoço lá no Cangüiri, o Governador autorizou a iniciar o processo, o Governador disse para o Secretário Maurício - está cancelada a licitação da cobertura, eu

quero um colégio novo, tudo novo, uma obra nova, não quero mais só a cobertura e determinou ao Secretário Maurício Requião naquela dia, eu, o Governador e o Secretário que fosse feita a nova obra em caráter emergencial, Deputado Péricles, emergencial, eu estava junto com o Governador. E eu só lamento que a partir daquela data, passou o tempo, veja, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, temos quase sete meses e ainda não começou a obra do Instituto. Soube ontem que a Prefeitura de Ponta Grossa não havia, me disse o Deputado Péricles aqui e pode confirmar depois, não havia autorizado o alvará para fazer a construção do Instituto lá de Ponta Grossa.

Mas eu fico triste, Deputado Romanelli, e cobro aqui e acho que este é o posicionamento - é uma do Governador - o Governador determinou ao Secretário Maurício Requião, e ele diga que não é verdade, ele diga que não é verdade, porque disse na minha frente o Governador - Maurício, vamos fazer dispensa, vamos fazer emergencial, a situação é grave, o Pessutti esteve lá com o Deputado Jocelito, viu a situação - eu até brinquei, brinquei com o Governador - como quer ganhar a eleição em Ponta Grossa, se o maior colégio eleitoral, um dos maiores, é o Instituto? Na hora de votar num dia de chuva ainda, as pessoas vêm a goteira caindo a água na sala delas, como que vão votar no Requião? Falei isto ao Governador. Como ganhar uma eleição com o maior colégio eleitoral, a maior cessão da cidade, uma das maiores está lá, caindo, chovendo dentro? Não tem como ganhar. Os próprios alunos são formadores de opinião que saem dizendo - olha, a nossa sala está quebrada, nossa sala está arrebentada, está chovendo aqui dentro.

Então. Sr. Presidente, quero aproveitar os alunos aqui para dar este testemunho - eu tenho brigado desde o ano passado, tenho lutado desde o ano passado, tenho enfrentado o Governo. Briguei com o Governo agora dia 1º também em função dessa questão do Instituto e espero, Deputado Romanelli, o homem já mandou fazer - ou o Requião manda ou não manda nada ou é um, dá para falar um palavrão aqui, ele diz que é firme, que faz - pôxa, mas ele mandou o irmão, o irmão que agora está dando todo esse problema de nepotismo aí, o melhor Secretário de Educação do Brasil, disse o Requião, que o Maurício Requião é o melhor Secretário, mas se é o melhor Secretário, por que não obedece de uma vez a ordem dada por S. Exa. o Governador do Estado? Ele determinou e o melhor Secretário de Educação do Brasil não cumpriu - levem esta fita e mostrem para o Maurício Requião e digam que não é verdade que eu estava lá presente.

E, para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria também pedir aqui à Liderança do Governo, vamos resolver este caso do nosso Instituto de Ponta Grossa, a situação é grave. Quando eu fui Prefeito o Regente Feijó estava nas mesmas condições, o Regente estava nas mesmas condições. E o que fez o Prefeito? O Prefeito Jocelito foi lá, eu interditei o Regente Feijó, como membro-presidente da Defesa Civil, levei os alunos

para o Oscar Pereira, construí as salas de aula provisória e fizemos a reforma do Colégio Regente Feijó. Está faltando também a presença da Prefeitura. Se o Prefeito tivesse um pouquinho mais de coragem ele ia lá e dava um chute na parede, dava um chute na porta, mandava fechar o colégio e tirava os alunos de lá e dava a devida responsabilidade. Quando eu fui Prefeito eu fiz isto e está lá o Regente hoje, pronto, bonito, graças àquela intervenção nossa que o Governo também não queria fazer, o governo também não queria fazer, o Lerner, e eu fui lá e fiz isto! Então espero agora que o nosso Governador que mandou, ele não pediu, ele determinou ao melhor Secretário da Educação do País: "Faça a reforma em caráter de emergência". Mas, pelo jeito o Maurício Requião não é o melhor Secretário da Educação do País!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário dos Democratas com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Lideranças dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero fazer menção a dois assuntos, primeiro sobre um tema que nós já levantamos, aqui na Assembleia Legislativa, inclusive foi objeto do envio de um ofício de 23 Parlamentares aos Deputados do Paraná que integram a Comissão de Comunicações, lá no Congresso Nacional, em relação a TV Educativa.

A TV Educativa tem uma norma, uma legislação específica que a rege. A TV Educativa não é uma TV comercial. A TV Educativa do Paraná deveria seguir o exemplo da TV Cultura do Estado do São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta. Aqui no Paraná não, a TV Educativa é usada pelo Governador do Estado para agredir os seus oponentes políticos, agredir a imprensa de forma geral, no estado do Paraná que não comungam, que não concordam com o Governador do Estado do Paraná.

Pois bem, Srs. Deputados, esse ofício foi enviado aos Deputados do Paraná, Eduardo Sciarra, Gustavo Fruet e Ratinho Júnior. Esses três Parlamentares apresentaram um requerimento na comissão, lá no Congresso Nacional, pedindo informações ao Ministro Hélio Costa das Comunicações do Governo Federal. O requerimento foi aprovado e no dia de ontem os Deputados levaram, em mãos, esse ofício, esse pedido de informações com uma série de documentos, entre eles também DVDs mostrando a forma como o Governo do Estado está usando a TV Educativa.

Eu falei hoje com o Deputado Eduardo Sciarra, Srs. Deputados, e qual não foi a surpresa, Eduardo Sciarra me disse, na manhã de hoje, que o Ministro Hélio Costa disse para os Parlamentares ontem e quem acompanhou os

Deputados do Paraná foi o Presidente da Comissão de Comunicação da Câmara Federal, e qual foi a surpresa dos Deputados quando o Ministro disse a eles que essa não era a primeira reclamação que ele estava recebendo do estado do Paraná em relação ao uso da TV Educativa. Pois bem, não precisa mais dizer nada, existe uma legislação específica, como já disse, que regulamenta o uso da TV Educativa. O Governador não segue. Esperamos que o Ministro das Comunicações responda as indagações feitas para que, posteriormente, possamos tomar outras providências.

O segundo assunto, Srs. Deputados, que me traz a esta tribuna é a questão dos hospitais psiquiátricos do estado do Paraná, acredito que são hospitais do Brasil inteiro. Na semana passada o Deputado Ney Leprevost - ele é Presidente da Comissão de Saúde aqui na Assembléia - fez uma Audiência Pública com a presença de diversos proprietários de hospitais psiquiátricos e ficou evidente naquela reunião que eles não conseguiriam sobreviver. Aliás, fizemos na Assembléia Legislativa um pedido de informações para o Governo do Estado para informar qual é o custo de um paciente internado no Hospital Adauto Botelho, aqui de Curitiba. Para surpresa nossa, o custo de um paciente nesse hospital custa mais de R\$ 200 dia e o SUS paga para os hospitais privados, no Brasil inteiro, algo em torno de R\$ 28, para que os hospitais dêem o café, o almoço, o jantar, a roupa, o psicólogo, a assistente social, o médico, tudo isso.

O hospital da minha cidade, Marechal Cândido Rondon, que já tem hospital, vai fechar as suas portas, como todos os hospitais vão fechar. Está aqui o documento oficial, dia 29 de setembro os hospitais psiquiátricos do Paraná fecharão suas portas para o atendimento ao SUS. São 1.783 leitos que vão pedir a suspensão pelo atendimento pelo SUS. Onde é que vão parar essas pessoas que têm problemas mentais, que têm outros problemas? Vão estar nas ruas? A quem recorrer? Aos municípios? E o que é que o Governo vai fazer?

Os hospitais pedem socorro no Paraná. Não é possível que os nossos governantes não entendam essa posição. O Governo do Estado tem hospital que é mantido pelo estado do Paraná e, conforme os custos apresentados, o custo/paciente, contando todos os custos com a folha de pagamento, ultrapassam R\$ 200. Por que o Governo não pede mais recursos?

O Sr. Ney Leprevost (PP) (Aparte)

Nobre Deputado Elio Rusch, meu estimado amigo. Em primeiro lugar quero, em nome da Comissão de Saúde, agradecer a sua presença na reunião da semana passada. Tivemos uma reunião dramática envolvendo todo o setor de saúde mental, as pessoas que coordenam esta área, os Diretores de hospitais, inclusive participou também da reunião o Superintendente da Secretaria Estadual de Saúde. E da semana passada para cá tomamos uma decisão, que foi aprovada hoje pela manhã na Comissão de Saúde, que é a de apresentar um projeto de indicação ao Governo do Estado para que seja feita uma

suplementação orçamentária visando garantir recursos para que esses hospitais não fechem as suas portas. Lembrando sempre que existe também no orçamento do estado R\$ 3 milhões de sua autoria. E estamos cobrando do Governo do Paraná o pagamento desta emenda, porque realmente a situação dos hospitais psiquiátricos é extremamente emergencial.

Hoje pela manhã nos reunimos com a classe médica e ficaram definidas também três questões na Comissão de Saúde. A primeira delas é que o Sindicato dos médicos do Paraná irá apresentar uma proposta de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os médicos que trabalham como funcionários públicos.

A segunda questão foi o manifesto assinado pela Associação Médica Brasileira, pela Associação Médica do Paraná, pelo Sindicato dos Médicos, pelo Conselho Regional de Medicina e pelos Deputados da Comissão de Saúde, encaminhado ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde solicitando o aumento do repasse do SUS para os hospitais e para o pagamento de consultas médicas do Paraná.

Uma terceira questão foi um manifesto que fizemos hoje e que foi assinado por todas as entidades que representam a classe médica e que estará sendo encaminhado ao Governador e ao Secretário da Saúde, reivindicando que o Paraná cumpra a Emenda Constitucional nº 029, que estabelece que 12% da receita líquida do estado deve ser investida em assistência à saúde. O Paraná, lamentavelmente, não vem cumprindo a Emenda Constitucional nº 029 e portanto, esse é um dos motivos da falta de recursos para a saúde no nosso estado.

Eram essas as informações que eu queria prestar ao senhor e parabeno pela sua linha firme em defesa dos hospitais psiquiátricos e principalmente em defesa das pessoas menos favorecidas da comunidade mais carente que necessita de tratamento médico e que muitas vezes acaba ficando abandonada.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Apenas um registro que fizemos na Sessão de hoje, na esperança que o Governo se sensibilize e que possa socorrer urgentemente.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, se V. Exa. como Presidente da Assembléia Legislativa pudesse também socorrer os hospitais psiquiátricos do Paraná, fazer com que o Governo do Estado através, da Secretaria de Saúde, aloque os recursos necessários, no mínimo para cobrir as suas despesas. E o mesmo pedido faço ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, dia 29 de setembro deste mês os hospitais psiquiátricos do Paraná não atenderão mais pelo SUS caso as suas diárias, o repasse do SUS não seja melhorado. Vinte e oito reais não cobrem as despesas de alimentação e do próprio hospital, que dirá as outras despesas administrativas.

É lamentável, os hospitais psiquiátricos pedem socorro. É um problema social gravíssimo. Essas quase duas mil pessoas haverão de parar nas ruas da cidade do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PP. Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O IBGE está divulgando hoje em todo o Brasil o índice inflacionário do mês de agosto.

E lamentavelmente, Sr. Presidente, nobres colegas, a inflação começa a subir, a inflação começa a ganhar corpo. Isto é muito ruim, porque a previsão de analistas econômicos mostra que inclusive as tarifas públicas já para o próximo ano vão subir muito mais que a inflação. Segundo a previsão. A conta de água, que já é cara, o cidadão que não paga a conta de água, a torneira dele fica seca, a SANEPAR corta o fornecimento. Vai subir acima da inflação. A conta de energia elétrica, quantas vezes o carro da COPEL pára na porta de uma família para cortar o fornecimento de energia elétrica para aquela residência, daquele imóvel. E o telefone também, há previsão. Tem tanta gente, milhares de pessoas no Paraná que têm seu telefone e muitas vezes o telefone está com defeito, não defeito técnico, defeito econômico, ou seja, o telefone está mudo porque a pessoa tem o telefone no bolso, mas não tem dinheiro suficiente para arcar com esta tarifa telefônica, que já é cara. Então, isto acaba atrapalhando o contato entre famílias. Telefonemas para negócios, telefone para namoro, tantas coisas para as quais serve um telefone.

Mas, o que impressiona é que já neste mês de agosto, segundo o IBGE, o que mais subiu e mais judiou do povo, inclusive está no levantamento do IBGE, é a classe pobre a que mais foi atingida por esta inflação pesada, durante o mês de agosto. A cesta básica subiu apenas aqui, na região metropolitana de Curitiba: 3,8%. Em apenas um mês, 3,8% que seria quase a inflação do ano, que os homens do Governo esperavam para este país. E é a cesta básica, nobre Presidente, a que mais está pesando.

Anotei alguns itens que subiram de maneira violenta aqui na nossa região, aqui no Paraná. Um quilo de tomate, o tomate subiu só em agosto, 25%. O feijão - rico quase não come feijão, mas quem trabalha no pesado tem necessidade de um alimento à base de arroz e de feijão - e feijão subiu quase 14%, 13,8%. O quilo do café subiu 4,2%. O preço da carne bovina aumentou 3,6%. E, pasmem, nobres colegas, neste ano o leite, que é tão fundamental, principalmente para as crianças, o litro do leite neste ano já subiu 43%! É um absurdo!

Nós desejamos que o Presidente Lula tome medidas enérgicas, contundentes. Não apenas de discurso, porque o Presidente Lula é, talvez, na história do Brasil, talvez junto com Getúlio Vargas, o Presidente que tem o dom da oratória. Fala bonito, mas o povo não quer ouvir

apenas discurso bonito do Presidente. Num país onde falta emprego, onde os servidores públicos do nosso estado, do Governo Federal, estão sem aumento de salário, muitos servidores há mais de 6, 7 anos, aposentadoria pequena, minguada, o que nós queremos, então, é que o Presidente Lula, com energia, com sabedoria, iluminado por Deus, seja bem contundente, bem objetivo, para combater esses grupos econômicos poderosos, que aumentam o preço da comida do povo, deixando muitas vezes a panela no fogão do trabalhador com pouca comida ou quase sem comida.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Deputado Belinati, o Presidente Lula em pouco tempo de Governo conseguiu dobrar o salário-mínimo, o poder de compra do povo melhorou e as pessoas estão conseguindo consumir mais. Sou solidário a V. Exa., porque tivemos realmente preços que subiram demasiadamente, mas é fruto inclusive de uma política de exportação. Hoje, por exemplo, estamos exportando mais derivados de leite do que importando e isso significa mais empregos no país. Então, está havendo uma falta do produto. Temos que produzir mais leite e isso é importante, porque o estado está estimulando o setor como nunca, também. O produtor está agradecendo, está feliz da vida, mas o consumidor reclama do preço.

Então, tem que haver equilíbrio. Não tenho dúvidas que o setor leiteiro hoje está comemorando, mas naturalmente que o consumidor tem sentido dificuldades, porque aumentou significativamente. Mas, certamente, hoje o poder de compra do povo dobrou e o povo brasileiro está muito satisfeito com o Presidente Lula!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

E o Presidente Lula deve ficar satisfeito com V. Exa. também, que é companheiro de partido dele no PT, porque V. Exa. defende com todo o entusiasmo o Presidente Lula. Mas, nobre Deputado, V. Exa. fez uma colocação dizendo que os derivados do leite estão sendo mandados para fora do Brasil. Então, lá na Europa, na mesa daquele povo rico, tem o queijo fino, tem o requeijão e tantos outros produtos e para o pobre, aqui, o leite subiu 43% em apenas um ano e é muito provável que tenha criança chorando com vontade de beber leite e não tem leite para beber.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Belinati, V. Exa. é um homem forjado e na sua história o seu pai, um ferroviário, V. Exa. foi três vezes Prefeito de Londrina, mas discordo de V. Exa. em alguns setores. Quanto ao leite, o Paraná está dando o exemplo ao Brasil de fixar o homem, valorizar o produtor de leite no interior do município e V. Exa. sabe que os pequenos produtores, todos fazem o seu sustento através da venda do leite. Não só assim, como o

Governo implantou o leite das crianças para comprar e para estimular que esse pessoal se fixasse no interior e não viesse engrossar as favelas com criminalidade, tráfico de drogas, enfim, ver as nossas crianças fora da escola ou participando de prostituição infantil, que isso é a coisa mais horripilante que podemos ver e vimos em São Paulo, ontem, na CEAGESP aquela barbaridade da prostituição infantil.

Então, Deputado, por exemplo, vou apresentar segunda-feira nesta Casa - e quero a assinatura de todos os Deputados Estaduais, para mandarmos para Brasília, para que a bancada federal não vote a CPMF. A CPMF que foi criado para os nossos hospitais atenderem a nossa população e via o Ministro Jatene, na semana passada ou nesta semana, em uma entrevista ao Roda Viva, dizendo da sua frustração, ele que criou a CPMF para que fosse para a saúde e que hoje virou um comércio e o Governo agora está lá em Brasília se batendo e querendo talvez liberar verbas para os Deputados Federais para, praticamente, comprar o voto dos Deputados para ir contra a população brasileira.

Então, temos o lado bom do leite que subiu, sim, e estamos favorecendo os produtores. Mas, o pior de tudo isso e aqui no Paraná hoje as manchetes dos jornais dizem que o custo de vida menor é aqui em Curitiba, no Paraná, que os mercados aqui do Paraná ainda são os mercados aqui do Paraná, ainda são os mais barateiros, talvez pela produção rural que temos. Então, quanto a CPMF, me associo 100% a V. Exa. e quanto ao leite eu discordo, porque é uma política que está dando certo aqui no Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputado Anibelli, só de CPMF o Governo está arrecadando 36 bilhões, que seria um imposto provisório...

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Me parece que é para aumentar a Bolsa Família de 16 para 17 anos. Vamos fazer uma indústria de vagabundos no Brasil, que ao invés de trabalhar no interior estão aí vivendo às custas do Bolsa Família, tomando cachaça nos botecos. Isso todos os Deputados sabem que é verdade, ao invés de trabalharem estão indo para a marginalidade. Dezesete anos é hora de estar no Exército, trabalhando para se formar um cidadão que defenda a pátria e não vire traficante de droga.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Anibelli.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Belinati, nos jornais do fim de semana eu li atentamente, há uma preocupação do Governo com alguns produtos que estão subindo muito mais que a inflação, o leite, inclusive. O Governo está pensando em

medidas de diminuir a taxa de importação de similares para que não haja um aumento exagerado. Então, a sua preocupação é correta, mas o Governo já está muito preocupado com isso. E eu queria discordar, com todo respeito, do nosso amigo Anibelli.

Deputado Belinati, tem um empresário na Alemanha, veja que interessante, está fazendo uma revolução, propondo que todo cidadão alemão, rico ou pobre, tenha o direito de receber do Governo mensalmente 1.000 euros, que é a chamada Renda Cidadã. Num país como o nosso, me desculpe Deputado Anibelli, ora, temos que acabar com esse mito, é um direito das pessoas pobres receber o mínimo, e esse direito teria que ser estendido muito mais, assim poderíamos construir uma sociedade mais justa e mais fraterna. Num país como o Brasil, me desculpe o senhor falar isso, é totalmente equivocado.

Obrigado Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, para terminar, essa foto, Sr. Presidente, V. Exa. é um homem religioso, um grande chefe de família, é o nosso chefe maior aqui, é um paizão nesta Casa, V. Exa. que é uma figura altamente humanitária, veja Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa foto mostra trabalhadores contaminados pelo chumbo aqui no Paraná. O Paraná teria necessidade de reciclar mais ou menos 18 mil toneladas de chumbo por ano, chumbo do Paraná, chumbo que pode até matar ou deixar a vítima contaminada, com seqüelas que nunca mais vão sair. Dezoito mil toneladas é mais do que suficiente para o Paraná reciclar todo o chumbo usado em todo o território paranaense. No entanto, Sr. Presidente, o Paraná está reciclando, por ano, 75 mil toneladas de chumbo, chumbo que vem de São Paulo para cá. O Paraná está servindo de lixo para ficar reciclando um lixo que mata, que contamina.

Vejam, temos inúmeras fotos de pessoas totalmente deformadas. Teve um caso até numa indústria de baterias de Londrina que o cidadão foi contaminado pelo chumbo, ficou doente mental, ficou louco, e cortou a mãe em pedaços. Temos pessoas totalmente deformadas por esse chumbo que o Paraná está acolhendo. O chumbo está em média R\$ 3,50 o quilo, então para que o Paraná deixe de ser lixo nessa área, porque eles estão abusando, está virando casa de ninguém, elas catam chumbo de São Paulo e vêm reciclar aqui, matar, contaminar os nossos trabalhadores.

Para evitar que o Paraná seja usado como lixo, estamos apresentando um projeto criando um imposto de 50% do valor da alíquota sobre esse chumbo, o chumbo que vem de fora para cá para contaminar os paranaenses. O ideal seria que não viesse, mas a partir da aprovação desse projeto, creio que todos os Deputados e Deputadas vão aprovar o projeto, porque não vão querer mais irmãos e irmãs do Paraná com essas seqüelas, com essas deformações, porque foram vítimas contaminadas pelo chumbo, Sr. Presidente. Daí o nosso projeto contra o

chumbo que vem de fora para cá, em respeito à vida, em respeito ao direito à saúde do nosso povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, Partido dos Trabalhadores, com a palavra o Deputado Pedro Ivo.

Liderança do PT: Deputado Pedro Ivo

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de fazer um complemento em cima da discussão que foi travada agora sobre o Bolsa-Família.

Existe um ditado que diz: “Antes que se vão os dedos, que se vão os anéis.” O investimento em alimentação para as famílias carentes do nosso país é uma arma muito eficaz no combate à violência.

Lá na Inglaterra um cidadão que tem um animal em casa recebe ajuda de custo o equivalente ao nosso Bolsa-Família.

Quero comentar a respeito da votação que tivemos hoje lá em Brasília na Comissão de Agricultura. Organizamos uma Audiência Pública nesta Casa, juntamente com o Deputado Assis Miguel do Couto, onde tivemos 800 fumicultores. Essa Audiência foi também realizada em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Tivemos uma discussão em cima do projeto de lei que foi rejeitado hoje lá na Comissão de Agricultura. Foi rejeitado por 26 votos a 9. Dos Deputados do Paraná, apenas um votou favorável ao projeto que ajuda a agricultura familiar, que é o Deputado Assis Miguel do Couto.

Vou ler os nomes, para que fiquem registrado nos Anais, dos Deputados que fazem parte da Comissão da Agricultura e que votaram contrário aos agricultores familiares. Os Deputados: Dirceu Sperafico, Ceara, Abelardo Lupion, Luiz Carlos Setim e o Moacir Miqueleto.

Esses Deputados votaram contrário ao projeto que ficou 10 anos esperando no Congresso Nacional para entrar na pauta de discussão.

Houve, inclusive, comprometimento desses Deputados, vários deles estiveram aqui e se comprometeram com esse projeto.

O que é esse projeto? A fumiicultura no Brasil tem uma importância muito grande para a geração de emprego e renda. Mas tem uma série de complicações, tanto na exploração de preço, quanto na questão de trabalho infantil, na nicotina exalada pelo seu manuseio. E há uma ausência total da participação do Poder Público. É um salve-se quem puder!

Esse projeto vinha disciplinar a comercialização, para que nosso produtor não fosse explorado.

Em outros países não existe a classificação. O agricultor planta o fumo, segue uma norma de produção e não existe a classificação. No Brasil, há 48 classes. Confunde a cabeça do agricultor, pois nem ele sabe a classe que está produzindo, porque a tonalidade de cor é um

pretexto para que o preço vá lá embaixo, que já é muito baixo no Brasil.

No Brasil se paga, em média 2, US\$ 3 dólares o quilo do fumo, enquanto que nos países desenvolvidos o produtor recebe em torno de 10, US\$ 12. De 3 para 10. Nos países desenvolvidos são US\$ 10 e no Brasil se paga em torno de 2 a US\$ 3 por quilo de fumo.

Este projeto vinha disciplinar a questão apenas da pesagem e da classificação, para que aquele agricultor que despendeu esforço para ter uma classe realmente dentro dos padrões, fazendo aqueles montinhos de fumo, um ao lado do outro, 48 tipos de fumo, todo um trabalho que se tem em cima dessa classificação, não tenha que ouvir da empresa: “Não, teu fumo é esta classe e não é aquela classe”, e receber um valor lá embaixo, um preço que não é compatível com aquele esforço que ele teve. Então, o projeto previa que se construiriam centrais de classificação.

Em todo país, onde tem núcleo de produção, teriam centrais de classificação. Assim como ocorre num frigorífico onde tem a inspeção, por exemplo, de um médico veterinário do Ministério da Agricultura, teria nessas centrais de classificação um representante que poderia ser da CLASPAR ou qualquer órgão, que ainda seria disciplinado, que seria o representante do Poder Público, dentro dessas centrais de classificação, que pudesse ser o órgão arbitrário. O Poder Público exerceria aquele papel arbitrário na negociação para que aquela classe, realmente, fosse atestada: “Não é esta classe e não é aquela classe” ou “o peso é tanto”. Aquele peso que, hoje, o produtor, por exemplo, produz aqui no Paraná, é levado para uma região muito longe, às vezes para Santa Catarina ou até para o Rio Grande, acaba não sabendo do peso, não recebe um extrato e, depois, vem a notícia dizendo que tipo de classe que deu ou quantos quilos deu o fumo dele.

Existem várias empresas, como a Sadia, por exemplo, que compra leitões nas propriedades e pesa um por um na propriedade. Emite um extrato, ele já sabe quanto que ele vai receber.

Então, este projeto tinha um papel fundamental para disciplinar, para colocar a presença do Poder Público como órgão arbitrário nessa negociação entre o agricultor e o fumicultor.

Olha, é um setor que tem uma importância estratégica na geração de emprego e renda, apesar de todas as suas problemáticas. O Brasil é o 2º maior produtor de fumo do mundo. Só perdemos para a China, em produção. A China não exporta, o Brasil exporta 85% da sua produção. O sul do Paraná, a região a qual pertencemos, São Mateus, Mallet, Rio Azul, São João do Triunfo, enfim, essa região sul é a terceira maior produtora de fumo do Brasil. Só perdemos para a região de Cruz Alta e para uma região de Santa Catarina. O sul do Paraná é o 3º maior produtor de fumo do Brasil e o Brasil é o 2º maior produtor de fumo do mundo. Então, é lamentável não ter sido aprovado esse projeto na Comissão de Agricultura e termos essa derrota.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pedro Ivo, quero me solidarizar com a sua indignação porque, quando foi feita a Audiência Pública, aqui, e o senhor e outros Deputados são defensores da agricultura familiar, trouxeram centenas de pessoas aqui, o Deputado Adão Preto que é um dos autores, o autor desse projeto, informou que estavam retirando esse projeto a pedido do Deputado Lupion, para que pudessem melhorá-lo e, depois, reapresentá-lo. Esse foi um pedido feito pelo Deputado Lupion. Então, é surpreendente que, depois de 10 anos negociando, o projeto tenha tido a recusa que teve.

A pergunta que faço a V. Exa. é se já houve - sei que há uma dificuldade do ponto de vista constitucional - mas se já houve, em algum momento, uma discussão com esses setores para que pudéssemos ver se há algum exemplo desses de leis estaduais, porque essa lei, embora seja uma lei federal que disciplina a compra e venda em nível federal, me parece que a produção estadual, aqui, também poderia ter um regulamento, principalmente com relação à pesagem.

A região sul, essa região toda a que o senhor tem contato, a região de Agudos do Sul, Piên, também é uma região que produz fumo e tem o mesmo problema. O senhor sabe melhor do que nós, o senhor sabe disso. Então, a pergunta que faço é se há possibilidade de termos um mínimo no Paraná - a Deputada Rosane está lembrando aqui - um mínimo de regulamentação para que não aconteça o que acontece, hoje, das pessoas que se matam de trabalhar e o resultado é praticamente nulo.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Para concluir, gostaria de registrar essa indignação da agricultura familiar e dizer que não se trata de um confronto com as empresas - ressaltei já no início a importância do setor fumageiro para a economia, para a geração de impostos, para esses municípios - apenas lutar para que essa negociação fosse justa entre ambas as partes, para que pudesse atenuar um pouco o sofrimento da agricultura familiar, que percebemos nesses municípios produtores de fumo, as APAEs estão lotadas. É espantoso o número de crianças, pela consequência do uso da nicotina, do contato com o veneno, com o fumo, enfim, agricultores ainda jovens já com problemas pulmonares.

Então, pelo menos que fosse pago um preço justo, que fosse disciplinada essa negociação através de uma classificação que fosse justa.

Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças PSDB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(Declinam)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, não tive a oportunidade de usar o Horário da Liderança, que tinha um assunto com o Deputado Pedro Ivo. Só quero comunicar que hoje inicia a abertura, vai até o dia 16 de setembro a 17ª Feira da Louça de Campo Largo, que há 18 anos acontece. Geralmente recebe em torno de 20 mil pessoas e este ano a expectativa é de receber 30 mil pessoas.

Campo Largo produz mais de 90% de toda porcelana de mesa do Brasil, além do que exporta para diversos países. São 36 empresas de Campo Largo que são os maiores contribuintes de ICMS do município. Então, hoje se inicia e vai até o dia 16 de setembro.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 2658, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 06 de setembro de 2007 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2646, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 05 do mês de setembro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 2647, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa para prorrogação de sua participação na Missão Diplomática do Congresso Mundial Ucrâniano, até o dia 13 de setembro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 2657, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, subscrito pelos Deputados Elio Rusch, Jocelito Canto, Nelson Justus e demais Deputados, constante do expediente, comunicando a criação da Frente Parlamentar em Favor da Vida. **À Comissão Executiva.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, designando o Deputado Tadeu Veneri, para representar esta Casa de Leis na VI Conferência Estadual Direito da Criança e do Adolescente, nos dias 14, 15, 16 e 17 de setembro de 2007, na cidade de Pinhão/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 463/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Rui Hara, que dispõe sobre a outorga de honraria a professores, quando da aposentadoria e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 477/07, de autoria da Bancada do PT, que dispõe sobre os Faxinais e o processo de reconhecimento dos faxinalenses no estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/07, de 02/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 571/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil São José, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 571/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação Infantil São José, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.09.07.
(aa) TERUO KATO - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública o Centro Social Betesda, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Casa Caminho da Alegria, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Há emenda da CCJ. Em votação a emenda. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Sr. Joaquim Romero Fontes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/07. O capital social autorizado da agência de fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, será no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Há sobre a mesa 4 emendas.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 512/07

Altera a redação do artigo 4º, do Projeto de Lei nº 512/07, de autoria do Poder Executivo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor somente após atendidas as exigências do artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam, a prévia alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias bem como previsão no orçamento”.

Sala das Sessões, em 05.09.07.
(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado pretende obter da Assembléia Legislativa autorização para o aumento de capital da Agência de Fomento do Paraná S/A, bem como autorização para que o Governo do Estado possa subscrever até um milhão novecentos e noventa e nove mil e quinhentas ações.

O Governo do Estado não pode se eximir do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O artigo 26 da referida lei, assim dispõe:

“A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento e nos seus créditos adicionais.

1º O disposto no *caput* aplica-se a toda administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital. (grifo nosso).

Assim, não cabe aprovar o projeto como inicialmente se apresentou, por estar contrário à norma fiscal.

A alegação apresentada pela Secretaria da Fazenda do Estado, (de que o aumento não se fará imediatamente, e que parte dos valores são recursos da própria Agência de Fomento) não são suficientes para afastar o cumprimento da LRF isto porque, concedendo a autorização da forma pretendida inicialmente, o estado já teria a lei específica autorizando o aumento e a subscrição de capital, bastando apenas alterar o orçamento, o que poderá fazer até por decreto cancelando certas dotações e aportando os recursos naquelas que lhe interessam.

Ora a Assembléia aprovou um orçamento que deseja ver cumprido da forma como foi aprovada. Por outro lado, é necessário analisar se mesmo os recursos próprios da Agência de Fomento devem ser aplicados pelo Governo do Estado no aumento de capital ou poderiam servir à aplicação ou ampliação dos objetivos daquela agência aumentando a participação do estado não no aumento do capital, mas sim na execução de obras de melhoria nos municípios necessitados. O Governo do Estado costuma editar decretos remanejando o orçamento sem justificar exatamente o motivo. Até mesmo as leis relativas ao remanejamento orçamentário muitas vezes passam por esta Casa sem amplo debate. Contudo a questão presente é bastante séria. Trata-se de incorporar recurso da ordem de 700 milhões da Agência de Fomento no aumento de capital e de mais de 700 milhões de recursos do Governo do Estado.

O Paraná, segundo a SETI conta com uma região que se assemelha ao Nordeste brasileiro em termos de Desenvolvimento Humano, necessitando de amplos investimentos do estado na melhoria das condições de vida da população.

Assim, é necessário condicionar a vigência da autorização a uma ampla discussão por esta Casa Legislativa da conveniência deste aumento de capital e da conveniência do aporte de recursos estaduais para este fim, quando o relatório do Tribunal de Contas aponta diversas dívidas sem pagamento e até mesmo salários de professores e servidores precisam ser revistos.

Note-se que não se está negando a autorização, mas sim condicionando-a a uma alteração orçamentária feita às claras e que possa atender aos interessados do estado e dos cidadãos do Paraná.

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 512/07

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 512/07, oriundo da Mensagem nº 027/07 do Governo do Estado, objetiva acrescentar parágrafo único ao artigo 3º, conforme redação que segue:

“Art. 3º ...

Parágrafo Único. O Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento, indicado conforme autorização no *caput*, deverá comprovar idoneidade moral e reputação ilibada, além de notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública, submetendo-se à arguição pública perante a Assembléia Legislativa do Estado.”

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) BANCADA DE OPOSIÇÃO

JUSTIFICATIVA:

A Agência de Fomento, além de ser a entidade estatal encarregada de proceder a liquidação do BADEP e de gerir do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, é o agente financeiro, responsável pelo desenvolvimento social e econômico do estado do Paraná, através de concessão de financiamento de capital fixo e de giro, etc, com o objetivo de fomentar os mais variados segmentos econômicos do estado. E toda a administração social desta entidade estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Paraná é exercida através do seu Conselho de Administração, que é composto pelos Secretário da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, da Agricultura, das Relações de Trabalho, pelo próprio Presidente da Agência, e mais representantes da FIEP, FAEP, FACIAP.

É portanto imprescindível que a presidência deste órgão vital para a Agência seja exercida por quem seja dotado da necessária qualificação técnica.

**EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 512/07**

A presente Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 512/07, oriundo da Mensagem nº 027/07 do Governo do Estado, objetiva suprimir o artigo 3º.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) BANCADA De OPOSIÇÃO

JUSTIFICATIVA:

A Agência de Fomento, além de ser a entidade estatal encarregada de proceder a liquidação do BADEP e de gerir do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, é o agente financeiro, responsável pelo desenvolvimento social e econômico do estado do Paraná, através de concessão de financiamento de capital fixo e de giro, etc., com o objetivo de fomentar os mais variados segmentos econômicos do estado.

E toda a administração social desta entidade estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Paraná é exercida através do seu Conselho de Administração, que é composto pelos Secretário da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, da Agricultura, das Relações de Trabalho, pelo próprio Presidente da Agência, e mais representantes da FIEP, FAEP, FACIAP.

É portanto imprescindível que a presidência deste órgão vital para a Agência seja exercida por quem seja dotado da necessária qualificação técnica.

**EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 512/07**

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 512/07, oriundo da Mensagem nº 027/07 do Governo do Estado, objetiva acrescentar novo artigo, numerando-o como artigo 4º e renumerando o artigo 4º da redação original como artigo 5º, conforme redação que segue:

“Art. 4º Fica estabelecido que recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano que ingressarem na Agência de Fomento do Paraná S/A, serão destinados, exclusivamente, a financiar planos programas, projetos e atividades voltados ao Desenvolvimento Urbano.”

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) BANCADA DE OPOSIÇÃO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação desta emenda e o de preservar os objetivos para as finalidades que motivaram a criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, através da Lei nº 8917 de 15 de dezembro de 1988.

O projeto retorna à CCJ para apreciação das emendas.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Fica instituída no calendário oficial do estado do Paraná, a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Núcleo Apoio à Criança Excepcional de Curitiba - NACEC, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que cria a Frente Parlamentar Brasil/Japão do estado do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/07, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Formosa do Oeste área conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Mensagem).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 538/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Formosa do Oeste, área conforme especifica, de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a matrícula nº 2563, do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Fundamentação

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação de imóvel do estado a uma pessoa jurídica de direito público interno, no caso exposto o município de Formosa do Oeste.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.09.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública o Instituto Paranaense da Juventude - IPJ, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 589/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de utilidade pública o Instituto Paranaense da Juventude - IPJ, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2664, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Plauto Miró, Jocelito Canto e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, como Líder do Governo quero encaminhar favoravelmente a esse requerimento, embora tenhamos que reconhecer que o Governo tem que fazer a licitação. O Governador Requião decidiu fazer uma reforma completa no Colégio Estadual César Prieto Martinez.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito aos alunos do Martinez que, por favor, comportem-se.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, quero dizer a esta Casa, Sr. Presidente, que ouvindo o pronunciamento do Deputado Plauto, entrei em contato com os secretário de Obras e ele me relatava que o projeto da reforma, da restauração completa dessa obra, está orçado em mais de R\$ 3 milhões, um projeto belíssimo que não vai fazer um remendo, mas vai fazer uma restauração completa, e essa obra tem que ser licitada. Sabemos que a licitação é um dos pressupostos que está no artigo 37 da Constituição, o princípio da legalidade, até porque se for fazer obra emergencial, muito provavelmente o Promotor de Justiça de Ponta Grossa vai entrar com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o Secretário da Educação.

Então, sabem os Deputados que são autores do requerimento, que o correto é fazer a licitação pública do projeto de restauração e reforma do colégio para que tenhamos uma obra contratada pelo melhor preço e que nenhuma empresa seja privilegiada, mas elas têm que ser muito corretas. Essa obra vai ser uma obra belíssima e todos os alunos e alunas vão poder usufruir de uma escola reformada, com melhor qualidade, muitos vão ainda mais, porque já se orgulham muito do Instituto de Educação, mas vão se orgulhar ainda muito mais depois que essa obra estiver pronta.

Era isto, Sr. Presidente, por isto encaminhamos favoravelmente ao requerimento em relação a agilidade de se fazer a obra. Agora, contrato emergencial acaba dando cadeia para o administrador público que o fizer.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas) (Para Encaminhar)

Vemos aqui o pronunciamento do representante do Governador Roberto Requião nesta Casa, Líder do Governo, e queremos, sim, que o mais rápido possível possa o Instituto de Educação estar em obras. Nós todos os Deputados de Ponta Grossa, sugerimos uma obra emergencial. Para sair obra emergencial, tem critérios. Acredito que pela situação que está o Instituto de Educação, os próprios representantes, os alunos trouxeram fotos da escola onde quase todos lá estiveram vendo pessoalmente, é uma situação de calamidade.

Mas, obra emergencial, que não precisa ser licitada, pode começar já, como também uma licitação o mais rápido possível para que possa se resolver definitivamente, não só promessa, Sr. Presidente, que temos ouvido há bastante tempo, mas queremos a solução. Se a solução passa por uma licitação, vamos aguardar e esperamos que agora sim o Governo cumpra o que vem prometendo há bastante tempo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estava ouvindo o pronunciamento do Deputado Romanelli, nosso Líder do Governo, e eu só estranhei a forma como ele se pronunciou. Quem disse que ia fazer um projeto dispensando a licitação pelo estado que está o colégio, quem disse isto foi o Governador, não fui eu. Quem definiu que deveria ser em caráter de emergência foi S. Exa. o Governador Roberto Requião. Foi ele que dia 1º de fevereiro, no dia que estávamos tomando posse lá no Canguiri, ele chamou o melhor Secretário de Educação do país - não sou eu que estou dizendo, quem diz que ele é o melhor Secretário de Educação é o Requião - o Requião chama seu irmão Maurício de melhor Secretário de Educação do país, toda vez que ele coloca a palavra ao Secretário, ele diz: "olha, este é o melhor Secretário do país", e ele determinou, Deputado Romanelli, V. Exa. está equivocado, não dá cadeia, porque se o Requião mandou o seu irmão Maurício, que é Secretário da Educação, fazer em caráter de emergência, foi o seu irmão que mandou fazer e não obedeceu. É uma determinação do Governador e eu estava junto.

Então, lamento, Deputado Romanelli, que quem determinou isto foi o Governador e existem, sim, obras em caráter de emergência. Acabamos de ver aqui a PAVI-BRAS. Não foi feito aí meio liberado o negócio da PAVI-BRAS que está *sub judice*? Tem outras obras que foram feitas em caráter de emergência? Se o Governador Requião for a Ponta Grossa, ao Instituto de Educação, caminhar pelo Instituto de Educação, vai ficar horrorizado! Já falei isto para ele. A hora que ele andar lá e ver o estado que está essa escola, e aqui os meninos, os jovens, Sr. Presidente, trouxeram, pena que não podemos mostrar aqui, trouxeram as fotos, água escorrendo, água dentro da escola, os estudantes trouxeram, hoje é normal, os estudantes tem a maquininha, é normal, hoje a juventude usa a maquininha, amanhã eles colocam tudo na internet. Então, está provado que o Instituto é caráter de emergência.

Então, não concordo com o Deputado Romanelli emergência só dá cadeia se o cara usar de má fé. Quando o Governo quis, Deputado Romanelli, o Governo comprou 22 mil televisores. As famosas televisões alaranjadas, pagou R\$ 700, R\$ 18 milhões em televisões! Gastou 5 vezes mais do que a obra do Instituto de Educação de Ponta Grossa, 5 vezes mais! Podia ter arrumado o colégio, já. A televisão é boa, mas tem prioridade nessa educação! Qual é a prioridade? A prioridade são os jovens que estão aí, daqui a pouco despenca a cobertura de lá, cai na cabeça de um aluno, eu quero ver quem vai ser responsável! Tenho alertado aqui: na hora que cair na cabeça de um aluno um pedaço de pau do teto, quero ver quem é que vai resolver! Como estamos com poucas UTIs lá, daqui a pouco vai morrer um aluno porque não tem UTI, aí é pior ainda!

Queria deixar este meu pronunciamento aqui, discordo do eminente Líder Romanelli: não dá cadeia, eu estou aqui com o parecer do Tribunal de Contas do

Estado do Paraná, está aqui, estou com o parecer prévio do Tribunal de Contas, não dá cadeia, Deputado Romanelli! Gastaram um monte, sem orçamento, e não dá cadeia! Os Conselheiros aprovaram as contas, se um Prefeito deixar faltar 0,5% na educação eles mandam desaprovar as contas. O estado não cumpriu com a educação, em 2003, eles aprovaram com ressalvas! Pegue o parecer prévio lá!

Vinte e dois televisores foram comprados, já pagaram 10 milhões. Eu perguntaria aos estudantes aqui: o que é mais importante, reformar o colégio ou levar televisão para dentro da escola?

Alunos do Instituto de Educação

Reformar!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está aí, mais importante que a televisão é reformar o colégio, porque se botar a televisão alaranjada dentro do colégio, a televisão vai ficar preta, pronto, acabou, vai chover na televisão!

Concluindo, Sr. Presidente, só para dizer ao Deputado Romanelli que eu não concordo com ele, não concordo!

(Aplausos)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu cometi, é verdade, uma indelicadeza, uma deselegância de fato com quem merecia, nesta tarde, os aplausos, porque foi o Deputado Marcelo Rangel que contratou o ônibus e pagou o lanche dessa rapaziada que está aqui. Eles vieram legitimamente reivindicar.

Parabéns ao Deputado Marcelo Rangel, e na próxima vez o Deputado Jocelito que coloque a mão no bolso, contrate o ônibus e pague o lanche para a rapaziada.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Estou ouvindo os pronunciamentos e é muito importante ouvir o pronunciamento do Deputado Jocelito, que faz parte da Bancada Governista. Tem um peso diferente, Deputado Jocelito, que fez campanha ...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não faço parte da Bancada do Governo, V. Exa. está equivocado, está cometendo uma indelicadeza, eu sou um Deputado livre nesta Casa, já fiz parte da bancada, hoje não faço!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Essa é uma notícia nova, mas é importante de qualquer maneira, Sr. Presidente, é importante o pronunciamento de todos os Deputados, inclusive do Deputado Péricles. Estamos aguardando também o pronunciamento do Deputado Péricles que também faz parte da Bancada Governista.

Esses alunos estão aqui e acho muito importante a participação popular. É sensacional a participação dos

estudantes na Assembléia Legislativa para fazer as cobranças que são necessárias.

Gostei muito do depoimento do Deputado Jocelito. Na verdade, se eu estivesse lá nas galerias eu também estaria aplaudindo, porque realmente o nosso requerimento é muito claro, Sr. Deputado Romanelli, Líder do Governo, o requerimento pede emergência, em caráter emergencial. O senhor falou: “O correto é fazer licitação.” Será que o correto seria ficar 2, 3, 5, 9 meses esperando desabar o teto do Instituto de Educação? Não, o correto é oferecer segurança já, imediata! Segurança e respeito para aqueles cidadãos ali. Um dia eles estarão aqui no meu lugar. O Instituto de Educação está pedindo socorro. Eles trouxeram uma faixa, infelizmente a direção da Assembléia não os deixou colocar: “Nós existimos”, Eles estão aqui e não tem condições estruturais para assistir uma aula sequer, porque chove dentro do colégio.

O que estamos pedindo, e estou pedindo o apoio dos Srs. Parlamentares para votar a favor do requerimento, para que entre em caráter emergencial o processo de reforma do Instituto de Educação. É isso que queremos, é isso que precisamos! E temos hoje a maior bancada de Deputados, fora a capital, a maior bancada do interior do estado do Paraná, são 4 Deputados e acho que os 4 têm que se unir em favor da população de Ponta Grossa, principalmente dos estudantes desse colégio tão importante para o estado do Paraná.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dando prosseguimento ao espetáculo da tarde, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, eu mesmo falava ontem que um engenheiro do DECON, informalmente me disse que a obra do Instituto teria dificuldades em ser feita sem licitação. No entanto, assino esse requerimento, porque o Governo deve fazer essa obra mais rápido possível.

Peço ao Deputado Romanelli que o Governo esclareça oficialmente, através de documentos escritos. Se por acaso não tiver legalidade para fazer a obra sem licitação, o Governo pode mandar um requerimento e esta discussão fica clara para a consciência dos estudantes e professores.

Estive lá, andei no telhado com o Diretor Jusué, vi a situação do Instituto, sala por sala, e realmente é uma situação muito complicada. Se por acaso, Deputado Romanelli, formos concientizados que não pode ser feito sem licitação, uma parte pode ser feita com mais rapidez. Além disso, solicitei ao Secretário da Educação que seja construída imediatamente uma pequena casa para que tenha um caseiro para que possa fiscalizar a parte dos fundos do Instituto, porque há muita entrada de pessoas que roubam telhados e assim por diante. Por este motivo, assinei esse requerimento com os demais Deputados.

O meu desempenho pelo Instituto é de muito tempo atrás. Já teve uma licitação e infelizmente apenas uma empresa participou da cobertura. E agora, devido ao nosso empenho, a obra vai ser feita de forma completa, vai ser uma bela obra e vamos estar juntos aplaudindo essa obra em favor da educação de Ponta Grossa, se Deus quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 2633, de autoria dos Srs. Deputados Elio Rusch, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Antonio Belinati e Duílio Genari, membros da Bancada da Oposição constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Para encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento.

Recebemos aqui a visita do Secretário de Estado do MEC, veio aqui *in loco*, constatou a absoluta correção nos procedimentos que foram tomados pela reitoria da UFPR no *Campus* Universitário do Litoral. O curso é absolutamente regular, o estado fez um grande esforço, tem muito dinheiro público envolvido para fazer funcionar a Universidade do Litoral. E é bom mesmo que a Secretária de Ensino Superior possa esclarecer, só que com um compromisso que os autores do requerimento têm que ler da tribuna a resposta, para poder, de fato, demonstrar o quanto bom é para o litoral paranaense, para os jovens do litoral o funcionamento da Universidade Federal do Litoral, que foi uma grande conquista do Governo do Presidente Lula e do Governo Requião. Por isso que o nosso encaminhamento é favorável à aprovação do requerimento de pedido de informação.

E V. Exa., aliás, como representante do litoral do Paraná, sabe o quanto é importante essa universidade para o nosso litoral e para os nossos jovens.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida nenhuma!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado amigo Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo.

Em momento nenhum quando usávamos aquela tribuna, V. Exa. inclusive enalteceu a forma como estamos nos comportando em relação à denúncias recebida, o tom que V. Exa. usou quando me apartou e o encaminhamento que V. Exa. deu hoje, é a diferença do vinho para a água. Totalmente diferente.

O que estamos pedindo Deputado Romanelli, são apenas algumas informações, que V. Exa. já está concordando e todas as nossas manifestações. V. Exa. poderá

recorrer aos jornais, à imprensa, através da televisão, seja falada, escrita, e pode observar que em todos os momentos nos manifestamos para receber as informações, caso esse documento que foi enviado a nós fosse verdadeiro ou não. Esperamos que possamos receber as informações do Ministro da Educação. E o pedido que estou fazendo agora é restrito ao Governador. Na hora que eu receber as informações, tenho certeza que as dúvidas que foram levantadas, não pelos Deputados da Oposição, nem pelos Deputados da Situação, nem pelo Bloco Independente, mas foram dúvidas levantadas por uma auditoria interna da própria Universidade Federal. E V. Exa. foi feliz quando me aparteu no início da semana, só que repentinamente V. Exa. muda o seu discurso e o seu posicionamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Só para esclarecer o nobre Líder da Oposição que não estou absolutamente mudando o tom. Sou descendente de italiano, às vezes falo com as mãos e num tom mais elevado, mas o conteúdo é só ver as notas taquigráficas, é absolutamente respeitoso. Só pedi uma coisa que talvez tenha deixado o Líder da Oposição irritado, pedi que a resposta, quando viesse, fosse lida pelo Líder.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Quando o documento vem oficial cabe a qualquer Deputado fazer a leitura. E não é o Deputado Romanelli que vai pautar a Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 2634, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **À Comissão Executiva.**

Esta presidência deixa de colocar em votação o requerimento. Avoca para a Mesa Executiva, porque é convite, até para que não necessitemos estipular data, hora ou coisa parecida. Faremos o convite ao Sr. Francisco Olpedre.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só queria pedir a V. Exa. que não deixasse passar muitos dias, porque vira naquele problema de convidarmos pessoas para virem aqui, num assunto tão delicado como essa questão do Ministério Público e o Governador. Por isso que marcamos uma data. Sei que é uma prerrogativa sua, sugeri a data de segunda-feira para resolvermos logo isso. E pediria a V. Exa. que marcasse o mais rápido possível para ouvirmos os dois lados. Vou solicitar também a V. Exa, na segunda-feira, que possamos ouvir também o Ministério Público. Ouvir os dois lados dessa denúncia complicada que o Governador fez na “escolinha” para o mundo inteiro, através da televisão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 2643, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2645, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para saber se a solicitação do envio ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicitando envio de veículos para a Delegacia de Mauá da Serra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vamos providenciar isto.

Requerimento nº 2649, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2650, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2653 a 2655, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2661, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vou falar bem macio para que o Deputado Ney Leprevost não se sinta melindrado, como se sentiu o Deputado Elio Rusch.

Queria dizer, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. é jornalista e me parece que também fez Direito, não sei se concluiu o curso, mas fez Direito. V. Exa. sabe que este tema está sendo tratado nesse requerimento, o destinatário, sinceramente, não é a Assembléia Legislativa. O Deputado tem que requerer, com base na Lei de Imprensa, em 48 horas, para que a gravação não seja apagada dos registros e depois, com uma competente ação, poderá efetivamente ter, se for mesmo injuriado ou difamado por funcionário público de 2º escalão, ter sua honra reparada, em sede de uma ação judicial, com base na Lei de Imprensa.

Então, quero dizer, esse requerimento poderia passar? Poderia passar, não é este o tema. Só que veja só: o requerimento, qualquer um de nós, eu mesmo vivo requerendo às rádios, vivo sendo atacado nas rádios, imaginem se eu fosse passar pelo Plenário todos os requerimentos em que sou obrigado a poder, de fato, demandar judicialmente. Ou seja, penso que não é este o instrumento que devemos utilizar. Eu sei que aqui, no caso, por conta de ser a TV Educativa, o Deputado Ney Leprevost politiza a

questão, mas penso que isto deva ser tratado, na verdade, da forma como temos no ordenamento jurídico. Por isso é que encaminhamos contrários a esse requerimento, por conta disso.

Falando muito gentilmente ao meu amigo Ney Leprevost, com quem tenho há muito anos uma relação muito fraterna.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, aceito o pedido do Deputado Romaneli para retirar, porque na verdade eu já tive acesso a essa fita, há meia hora atrás. Chegou a fita. Não há problema nenhum, posso retirar.

Apenas deixar registrado que estaremos tomando as providências cabíveis juridicamente, porque é lamentável um funcionário público do 2º escalão do Governo do Paraná, aliás uma pessoa que responde a uma série de processos criminais, quero ouvir a fita primeiro, mas, segundo me informaram, ele teria feito ataque não só a esta Parlamentar, mas também ataques genéricos a esta Casa. mas, primeiro vou ouvir a fita, fazer a degravação. Não quero cometer injustiça contra ninguém.

Está retirado o pedido de informações.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado do Deputado Elton Welter, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 429 e 573/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 188 e 583/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 538 e 589/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/07.

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 107

97ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	30
Presenças	30
Abertura da Sessão	30
Expediente:	
Requerimentos	30
Projetos de Lei	30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	31
Discussão/Votação	
Redação Final	31
3ª Discussão	32
2ª Discussão	32
1ª Discussão	32
Requerimentos	33

Encerramento da Sessão33

DIÁRIO Nº 107

97ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Plauto Miró.

Presenças:

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Teruo Kato (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados:

Felipe Lucas, Cida Borghetti, Artagão Júnior, Duílio Genari, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 06 de setembro, conforme requerimento aprovado pelo Sr. Deputado Elton Welter.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 3º do artigo 185 do Regimento Interno, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 538/07, Mensagem nº 030/07.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 658/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a previsão e futura instalação de hidrômetros individuais para cada unidade domiciliar ou de consumo, no projeto e execução de novas obras de:

I - prédios de apartamentos;

II - condomínios horizontais;

III - conjuntos habitacionais;

IV - loteamentos;

V - outros imóveis ou áreas que se caracterizem pela pluralidade de unidades de consumo.

Art. 2º Fica assegurado aos usuários, pessoas físicas e jurídicas, do serviço público de abastecimento de água, o direito de obter a instalação de hidrômetros individuais para cada unidade domiciliar ou de consumo.

§ 1º Caberá ao órgão público incumbido da prestação do serviço de que trata o *caput*, ou, se for o caso, à respectiva entidade concessionária, proceder à instalação dos hidrômetros.

Art. 3º O Poder Público e os órgãos ou entidades prestadoras do serviço de abastecimento de água, divulgando amplamente o direito de que trata o artigo 1º, inclusive através da inserção de texto explicativo nas contas mensais, encaminhadas aos usuários.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.09.07.

(aa) ROSANE FERREIRA

PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A água é um dos recursos naturais mais valiosos com que conta a humanidade. A generosidade da natureza mostrava-nos que a mesma era inesgotável e renovável. Hoje, o mau uso, aliado à crescente demanda, vem preocupando especialistas e autoridades no assunto, pelo evidente decréscimo da disponibilidade de água pura e saudável em todo o planeta.

A água doce é um recurso finito do planeta Terra. E o processo de tratamento da água é criterioso e caro. Embora a maior parte de nosso planeta esteja composto por água, 97% do total é salgada, e grande parte do restante está congelada nos pólos. Por isso, não deve ser desperdiçada.

A proposta de lei de instalação de hidrômetros individuais em condomínios tem como objetivo sanar uma distorção histórica em relação ao consumo efetivo e o valor efetivo pago pelo consumo de água, bem como, possibilitar ao cidadão um maior controle, visando a economia e a utilização responsável desse recurso essencial à vida, como também evitar os conflitos entre condôminos devido às taxas cobradas pelo excessivo uso da mesma.

Atualmente, as contas mensais de água chegam aos proprietários de apartamentos, conjuntos habitacionais, cortiços, condomínios, etc. de maneira global e são rateadas igualmente pelo número de unidades de moradia, escamoteando qual o consumo *per capita* e privilegiando àquelas que são perdulárias e gastam mais água.

Gostaríamos de destacar uma situação gerada pela cobrança global que provoca cobranças indevidas, desentendimento entre moradores e até mesmo problemas judiciais agravados pela falta de personalidade jurídica de alguns condomínios, que não possuem meios de cobrar os moradores inadimplentes.

Cabe salientar ainda, que tramita na Assembléia Legislativa de São Paulo, um projeto de lei que versa sobre a mesma matéria.

Diante do exposto, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira e do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 429/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Prêmio Kasato Maru, que será entregue todos os anos durante o mês de junho, no Dia do Imigrante Japonês, a partir de 2008. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/07, de 12/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 573/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Fluviópolis com sede e foro no município de São Mateus do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 573/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores de Fluviópolis - Sagrado Coração, com sede e foro no município de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.09.07.
(aa) TERUO KATO - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

3ª Discussão**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual a Associação Casa Caminho da Alegria, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em discussão a emenda. Em votação. **Aprovada.**

Está em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/07, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Formosa do Oeste área conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública o Instituto Paranaense da Juventude - IPJ, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública o PROVOPAR Ação Social Municipal, com sede na cidade de Diamante do Oeste e foro no município de Matelândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 087/07, de 06/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 544/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de utilidade pública, o PROVOPAR Ação Social Municipal de Diamante do Oeste, com sede na cidade de Diamante do Oeste e foro no município de Matelândia.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a denominação prevista no Estatuto Social do PROVOPAR é diversa da constante na súmula e no artigo 1º do presente projeto, e o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a técnica legislativa, que assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 544/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se

necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o PRO-VOPAR Ação Social Municipal de Diamante do Oeste, com sede na cidade de Diamante do Oeste e foro no município de Matelândia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2663, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Presidente, a que se refere essa mensagem?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É um requerimento, dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 538, projeto que não recebeu emenda.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sobre o que é o projeto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dispensa de redação final.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Qual é o teor do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É um projeto de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder a doar ao município de Formosa do Oeste área conforme especifica.

Está em votação o requerimento.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Para encaminhar, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só queria formular a V. Exa. O Diretor-Geral da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Wilson Lipski, que é o Coordenador Estadual da Conferência das Cidades, que já encerrou a realização das conferências municipais e regionais, que teremos nos dias 27 e 28 de setembro em Foz do Iguaçu a 3ª edição da Conferên-

cia Estadual das Cidades, e o tema deste ano é um tema muito interessante porque é avançado na gestão democrática das políticas públicas. Esta Casa, inclusive, tem que escolher 7 representantes, escolher 7 Delegados para poderem participar desse grande evento, onde teremos mais de 1500 Delegados escolhidos pelo movimento social, movimento popular, pela sociedade civil organizada, e ainda, é claro, pelo Poder Público, tanto o Poder Público Municipal quanto o Estadual, além, é claro, dos Legislativos Municipais e Estadual. Eu inclusive, V. Exa. sabe, me candidatei a ser um desses Delegados a participar da conferência em Foz do Iguaçu. Seria interessante se V. Exa. pudesse, numa das Sessões da semana que vem, pudesse, por 30 minutos, no horário do Grande Expediente, possibilitar que o representante, o Coordenador Estadual da Conferência das Cidades pudesse vir aqui fazer uma apresentação sobre o tema para poder, de fato, a Casa tomar conhecimento.

Não gastará mais de 20 ou 30 minutos, e penso que é oportuno para que possamos, de fato, estar sensibilizados com um tema extremamente importante, que afinal de contas, ou avançamos na gestão democrática e fazemos da democracia participativa um método de governar, ou de fato vamos ter governos autoritários. Queremos, na verdade, ter políticas públicas que possam ser elaboradas e executadas de forma que tenhamos participação popular e controle social.

Por isso, quero solicitar a V. Exa. que possa designar e já formule esse requerimento verbalmente para que V. Exa., enfim, como Presidente desta Casa, Presidente da Mesa Diretora da Casa, possa deliberar sobre o tema.

É isso, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 188, 288, 569, 583, 588, 589 e 591/07 e do Projeto de Resolução nº 021/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/07.

Levanta-se a Sessão.

